

EVANI BECKER
JAMES DE ALMEIDA GARRETT

**TRANSPORTADORAS RODOVIÁRIAS DE CARGAS – UMA REFLEXÃO SOBRE
SUA TRIBUTAÇÃO NO REGIME NORMAL DE ICMS DO PARANÁ**

Monografia apresentada ao
Departamento de Contabilidade, do
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da
Universidade Federal do Paraná, como
requisito para obtenção do título de
Especialização em Auditoria Integral.
Orientador: Prof. Blenio César Severo
Peixe.

CASCADEL

2003

PENSAMENTO

“Vivemos um tempo de perigo, porém, se estivermos em alerta, acordado é um tempo de muita oportunidade”. (Professor Gastão)

DEDICATÓRIA

Dedicamos este trabalho aos nossos familiares que muito contribuíram para que concluíssemos mais esta etapa em nossas vidas. E à nossa colega Andréa Pinguello que com sua determinação nos deixou uma lição de vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, aos professores, e àqueles que nos auxiliaram a aprimorar nossos conhecimentos.

RESUMO

BECKER, E. E GARRETT, J. A. TRANSPORTADORAS RODOVIÁRIAS DE CARGAS – UMA REFLEXÃO SOBRE SUA TRIBUTAÇÃO NO REGIME NORMAL DE ICMS DO PARANÁ . O presente trabalho visa analisar a atual tributação do ICMS para as empresas prestadoras de serviço rodoviário de cargas do Paraná, as quais não são abrangidas pelo regime de tributação simplificada, instituído pelo Estado, sendo analisado o atual panorama deste setor econômico. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica e documental sobre o assunto. Os resultados obtidos devem servir para o estabelecimento das vantagens ou desvantagens para as transportadoras e para o Estado do Paraná. Nas considerações finais serão trazidas as consequências deste estudo que permitirão uma reflexão necessária a uma proposta de enquadramento das transportadoras rodoviárias de carga no regime de tributação simplificada.

PALAVRAS-CHAVE: ICMS, MICROEMPRESA, TRANSPORTADORAS, TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS, REGIME DE TRIBUTAÇÃO SIMPLIFICADO

e-mail: j.a.garrett@pr.gov.br

LISTA DE ABREVIATURAS

CAD/ICMS – Cadastro de Contribuintes do ICMS

CELEPAR – Companhia de Informática do Paraná

CF/88 – Constituição Federal

CNT – Confederação Nacional do Transporte

CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária

CTN – Código Tributário Nacional

CTRC – Conhecimento de Transporte Rodoviário de Carga

GIA/ICMS – Guia de Informação e Apuração do ICMS

GEITOP – Grupo de Estudos para integração da Política de Transportes

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e de Comunicação

IGA/SEFA/CRE – Inspetoria Geral de arrecadação da Secretaria da Fazenda

RICMS – Regulamento do ICMS

SEFA/CRE- Secretaria de Estado da Fazenda – Coordenação da Receita do Estado.

SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas)

ÍNDICE

PENSAMENTO	ii
DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTO	iv
RESUMO	v
LISTA DE ABREVIATURAS	vi
1. INTRODUÇÃO	1
2. METODOLOGIA DE PESQUISA	4
3. DESENVOLVIMENTO	5
3.1. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS.....	5
3.1.1. A Frota Nacional	6
3.1.2. A globalização no Setor de Transporte	7
3.1.3. As Cargas Transportadas	9
3.1.4. A Origem e o Destino das Cargas Transportadas.....	10
3.1.5. Micro e Pequenas empresas transportadoras de carga no Brasil.....	12
3.1.6. Tempo de Atuação no Setor	16
3.1.7. Os índices de emprego no setor de transportes	16
3.2. A PEQUENA EMPRESA E O NOVO CÓDIGO CIVIL.....	18
3.3. A ATUAL TRIBUTAÇÃO DO ICMS DO PARANÁ PARA AS PRESTADORAS DE SERVIÇO RODOVIÁRIO DE CARGAS.....	18
3.3.1. Inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CAD/ICMS	18
3.3.2. Alíquota do ICMS na Prestação de Serviços de Transporte	19
3.3.3. Sistema Débito – Crédito	21
3.3.4. crédito Presumido do ICMS	22
3.4. Regime para microempresas e empresas de pequeno porte no estado do Paraná	22
3.4.1. Microempresa	23
3.4.2. empresa de pequeno porte	24
3.4.3. Receita Bruta	24

3.4.4. Apuração mensal para as microempresas e as empresas de pequeno porte.....	25
3.4.5. Obrigações Acessórias	27
3.4.6. Prestadoras de serviços de transporte impedidas de optar pelo regime de tributação simplificada.....	29
3.5. INFORMAÇÕES DO CELEPAR, RELATIVAS AO SETOR DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA NO PARANÁ	29
3.5.1. Numero de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte inscritas no CAD/ICMS.....	30
3.5.2. Empresas prestadoras de serviço de transporte rodoviário de cargas conforme faturamento anual.....	31
3.5.3. Divida ativa.....	32
3.6. EMPRESA TRANSPORTADORAS NO PARANÁ – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO	36
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
5 REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
6.ANEXOS.....	40

1. INTRODUÇÃO

Até a década de 1950, a economia brasileira se fundamentava na exportação de produtos primários, e com isso o sistema de transporte de cargas limitou-se aos transportes fluvial e ferroviário. Com a aceleração do processo industrial na segunda metade do século XX, a política para o setor concentrou os recursos no setor rodoviário, com prejuízo para as ferrovias, especialmente na área da indústria pesada e extração mineral. Como resultado, o setor rodoviário, o mais caro depois do aéreo, movimentava no final do século passado mais de sessenta por cento das cargas, sendo de fundamental importância para a economia brasileira.

Sem transportes, produtos essenciais não chegariam às mãos de seus consumidores, indústrias não produziriam, não haveria comércio externo. Qualquer nação fica literalmente paralisada se houver interrupção de um sistema de transportes, além disso, transporte não é um bem importável. No caso de um país de dimensões continentais como o Brasil, este risco se torna mais crítico.

O transporte é um serviço horizontalizado que viabiliza os demais setores da economia, estando relacionado diretamente com a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico da nação, sendo efetuado por empresas transportadoras legalmente constituídas ou por caminhoneiros autônomos.

A partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal passou para o campo de incidência do ICMS, de competência estadual, conforme estabelecido no inciso II do art. 155 do referido diploma legal.

Os prestadores de serviço de transporte interestadual e intermunicipal passaram a ser contribuintes do ICMS, compensando-se o que for devido em cada prestação de serviços com o montante do imposto cobrado em etapas anteriores.

Nos termos dos arts. 170 e 179 da constituição federal, assegura-se às microempresas e as empresas de pequeno porte um tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial. Isto visa facilitar a constituição e o funcionamento destas empresas, de modo a assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

O Convênio ICMS 59/89 (DOU de 31.05.89), autorizou os Estados e o Distrito Federal a dispensar um tratamento fiscal simplificado às microempresas, como tais definidas em suas respectivas legislações. O tratamento fiscal dispensado pode consistir-se em regime de pagamento do ICMS mediante recolhimento de valor mensal estimado, em opção ao sistema normal de tributação, o qual compensa o crédito decorrente das entradas anteriores, e dispensa ou simplificação das obrigações acessórias.

Poderá, ainda, ser considerado microempresa o contribuinte que, por ocasião de sua inscrição, atendidas as demais condições, declarar previsão de saídas tributáveis até o limite fixado na faixa estadual.

Assim, diante da autorização expressa pelo CONFAZ, os Estados da Federação e o Distrito Federal, podem privilegiar a microempresa, definida como tal, com um tratamento simplificado, independentemente da atividade empresarial.

Através do Programa de apoio à Micro e Pequena Empresa no Estado do Paraná, foi instituído um tratamento diferenciado e favorecido à microempresa e à empresa de pequeno porte, que pretende gerar empregos e incentiva-las.

No Estado do Paraná as empresas transportadoras rodoviárias de carga não são abrangidas pelo regime de tributação simplificado, não tendo os mesmos benefícios concedidos às outras empresas passíveis de enquadramento.

Tal restrição não ocorre em alguns estados da federação, como por exemplo no Estado da Bahia. Nele as transportadoras podem optar pelo Regime Simplificado de apuração do ICMS (Sim Bahia), de acordo com o Decreto 7.466 de 17.11.98; sendo o ICMS calculado como base a receita bruta mensal (art. 118-a do RICMS-BA, através do Decreto nº 6.284/97).

É importante analisar esta restrição, diante da situação atual do setor de serviço de transporte rodoviário de cargas, visando uma reflexão sobre as consequências da atual tributação estadual para as transportadoras rodoviárias de cargas e para o Estado do Paraná, as quais podem ser desvantajosas para ambos. Os resultados obtidos permitirão a elaboração de uma hipótese, na qual as prestadoras de serviço rodoviário de cargas possam ser abrangidas pelo regime de tributação simplificado, que deve estabelecer um tratamento fiscal com igualdade e justiça.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Este trabalho tem como meta a pesquisa de natureza exploratória, levando em conta fatores, propósitos, que permitam a análise individual de cada um dos quesitos pesquisados.

As pesquisas exploratórias são realizadas a partir de fenômenos existentes em comparação com a literatura.

Afirma SALOMON (2000, p. 141).

“Pesquisas exploratórias e descritivas são as que têm por objetivo definir melhor o problema, proporcionar as chamadas instituições de solução, descrever comportamentos de fenômenos, definir e classificar fatos variáveis”.

GOOD, (2000 p. 165), por sua vez observa que:

E experiência universal de cada Ciência que percepção do observador individual deve ser corrigida de várias maneiras. Devem ser consideradas na pesquisa, a verificação de suas distorções, de sua percepção seletiva, e a impressão de seus sentidos. Devem existir padrões e objetivos cuja comparação permita corrigir suas medidas. GOOD, (2000 p. 165)

Este estudo baseou-se nos conceitos de uma das mais consagradas ferramentas da gestão da qualidade - A espinha de Peixe, inicialmente proposta por Kaoru Lukikawa na década de 60.

Vale lembrar que cada uma das causas destacadas será estudada de forma que seja possível identificar qual sua influência no agravamento do problema. Essa investigação envolve a identificação das sub-causas dos problemas e facilita a identificação das ações de melhoria a serem priorizadas.

3. DESENVOLVIMENTO

Primeiramente, é necessária a análise dos números do setor de transporte rodoviário de cargas no país, que permitirá identificar a realidade enfrentada pelas empresas transportadoras no Paraná.

Em seguida, deve ser montado um quadro que mostre a tributação de uma empresa abrangida pelo regime simplificado e a atual tributação de ICMS, em relação às empresas prestadoras de serviços de cargas no Paraná, sendo abordados seus prós e contras, o que permitirá a reflexão proposta.

3.1. TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS

Segundo GEITOP – (Grupo de Estudos para integração da Política de Transportes), o modal rodoviário se mantém na liderança absoluta da matriz de transportes de carga no Brasil. No ano de 1999, nada menos que 61,82% do transporte de cargas no país, foram transportadas no modal rodoviário.

Entre os dados representativos do setor, divulgados pelo IBGE, destacam-se os seguintes:

- Valor adicionado pelo setor de transportes ao PIB R\$ 42 bilhões.
- Empregos diretos gerados 1,2 milhões
- Total de carga movimentada 746 bilhões

FONTE: IBGE Dados de 1999 e 2000.

As empresas não-transportadoras representam 66,7% da vinculação de carga, o que indica uma globalização do setor e uma racionalização dos custos empresariais e na operacionalização, sendo 28,8% vinculados à empresas de

transporte, de acordo com a conclusão da pesquisa efetuada pela CNT (Confederação Nacional do Transporte) em 1999.

3.1.1. A Frota Nacional

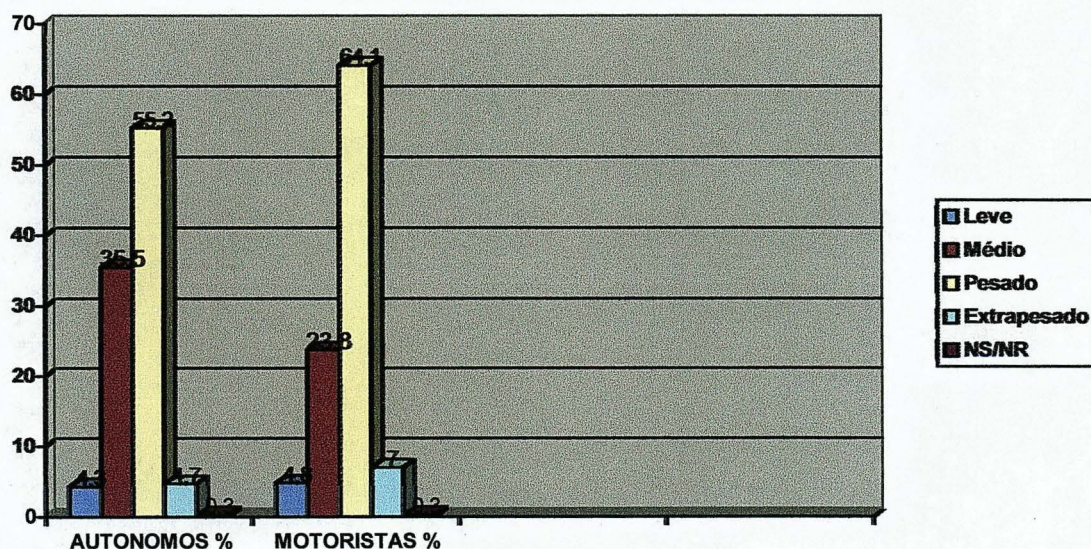
A frota de caminhões existentes no Brasil foi estimada em 1.484.203 veículos, pelos dados do Departamento Nacional de Transito – DETRAN. O Estado do Paraná, com 12,62% da frota nacional, possui 149.716 caminhões.

A maioria dos veículos dos caminhoneiros brasileiros encontra-se na categoria “pesado”, com 55,2% dos autônomos e com 64,3% dos motoristas, evidenciados no quadro a seguir.

Os veículos são assim classificados:

VEÍCULO	AUTONOMOS %	MOTORISTAS %
Leve	4,3	4,8
Médio	35,5	23,8
Pesado	55,2	64,3
Extra pesado	4,7	7,0
NS/NR	0,3	0,3
TOTAL	100	100

FONTE: Confederação Nacional do Transporte



3.1.2. A globalização no Setor de Transporte.

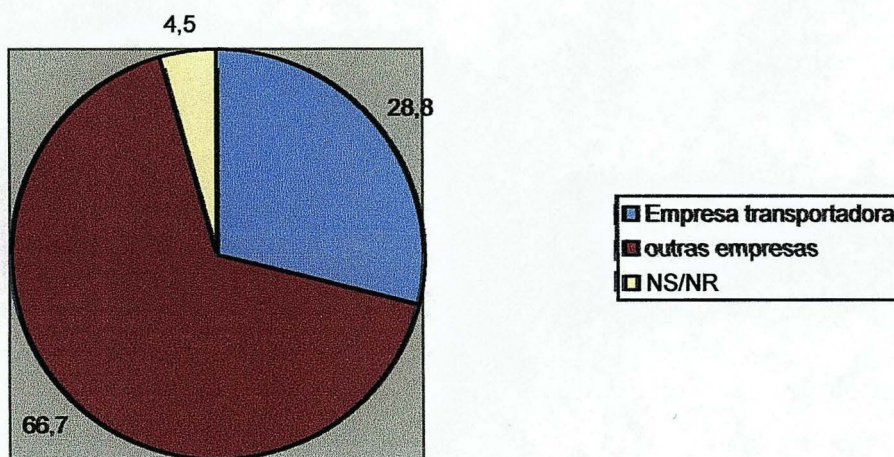
Como na maioria dos setores da economia brasileira, a globalização também atingiu o setor de transporte, no qual se verificou uma entrada de mão de obra vinda de áreas de desemprego no país, tendo por outro lado, havido uma racionalização do transporte efetuada por empresas não transportadoras.

Entre os caminhoneiros, 28,8% estão vinculados a empresas de transporte, enquanto que 66,7% a outras empresas, atuando como autônomos. Pelo quadro a seguir, destaca-se a distribuição dos autônomos e dos motoristas nos principais centróides brasileiros.

São as seguintes, os tipos de Vinculação da Carga para Autônomos:

VINCULAÇÃO CARGA	AUTÔNOMOS %
Empresa Transportadora	28,8
Outras Empresas	66,7
NS/NR	4,5
TOTAL	100,0

FONTE: Confederação Nacional do Transporte

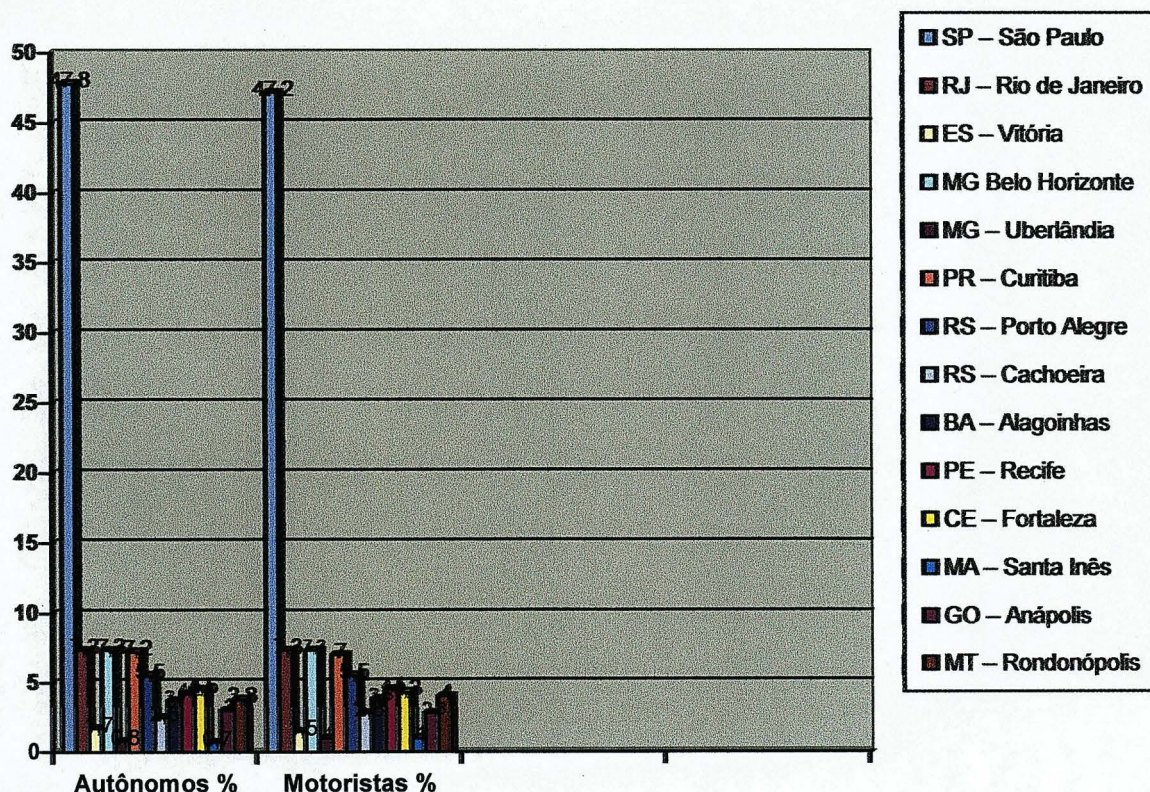


As rodovias onde há uma maior presença dos transportadores rodoviários de carga podem ser analisadas pela tabela e gráfico a seguir, os quais destacam a distribuição por centróides no país.

Distribuição por Centróide:

CENTROIDE	Autônomos %	Motoristas %
SP – São Paulo	47,8	47,2
RJ – Rio de Janeiro	7,3	7,3
ES – Vitória	1,7	1,5
MG Belo Horizonte	7,3	7,3
MG – Uberlândia	0,8	1,0
PR – Curitiba	7,2	7,0
RS – Porto Alegre	5,5	5,5
RS – Cachoeira	2,5	2,8
BA – Alagoinhas	3,7	3,8
PE – Recife	4,2	4,5
CE – Fortaleza	4,5	4,3
MA – Santa Inês	0,7	1,0
GO – Anápolis	3,0	2,8
MT – Rondonópolis	3,8	4,0
TOTAL	100,00	100,00

FONTE: Confederação Nacional do Transporte

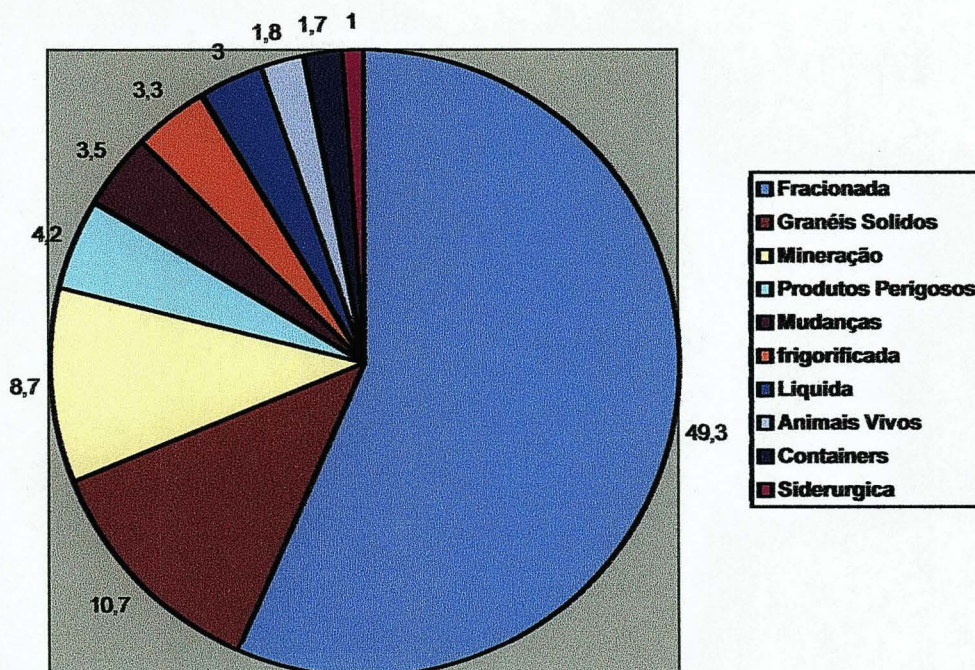


3.1.3. As Cargas Transportadas:

As cargas fracionadas e os graneis sólidos são as cargas mais transportadas, correspondendo a mais da metade dos transportes realizados pelos autônomos e motoristas, conforme distribuição nos quadros e gráficos a seguir:

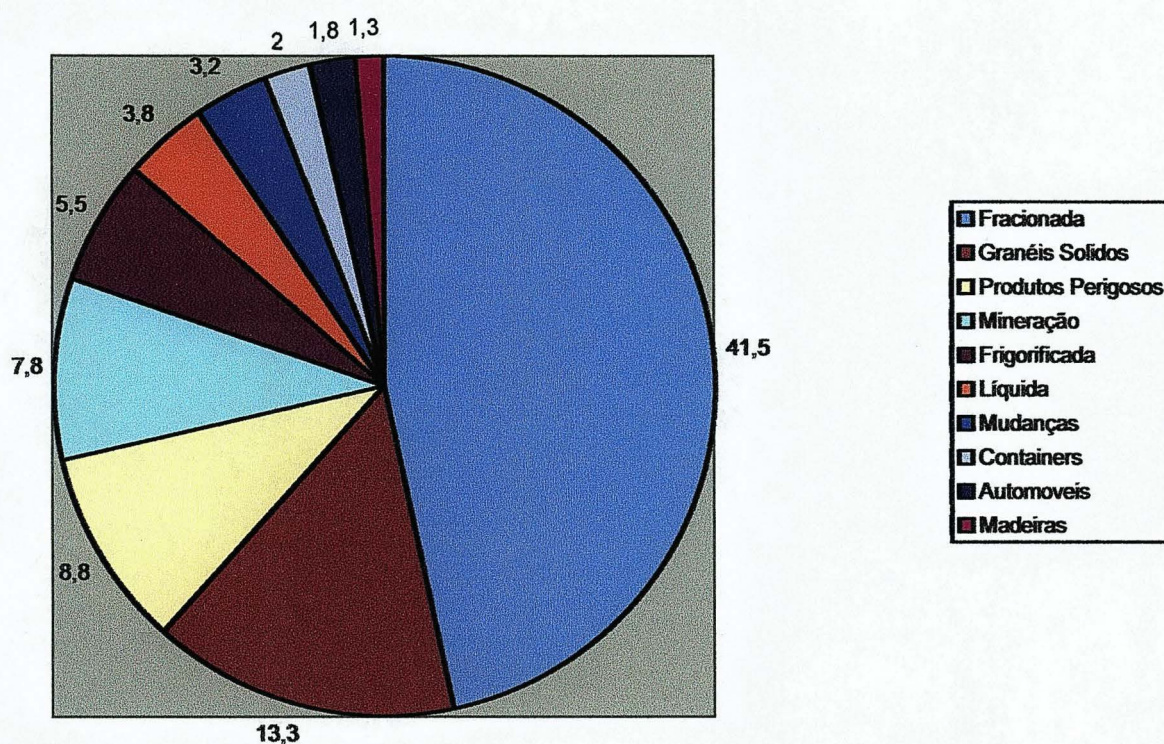
CARGA	AUTONOMOS %
Fracionada	49,3
Granéis Sólidos	10,7
Mineração	8,7
Produtos Perigosos	4,2
Mudanças	3,5
Frigorífica	3,3
Líquida	3,0
Animais Vivos	1,8
Containers	1,7
Siderúrgica	1,0

FONTE: Confederação Nacional do Transporte



CARGA	Motoristas %
Fracionada	41,5
Granéis Sólidos	13,3
Produtos Perigosos	8,8
Mineração	7,8
Frigorífica	5,5
Líquida	3,8
Mudanças	3,2
Containers	2,0
Automóveis	1,8
Madeiras	1,3

FONTE: Confederação Nacional do Transporte



3.1.4. A Origem e o Destino das Cargas Transportadas

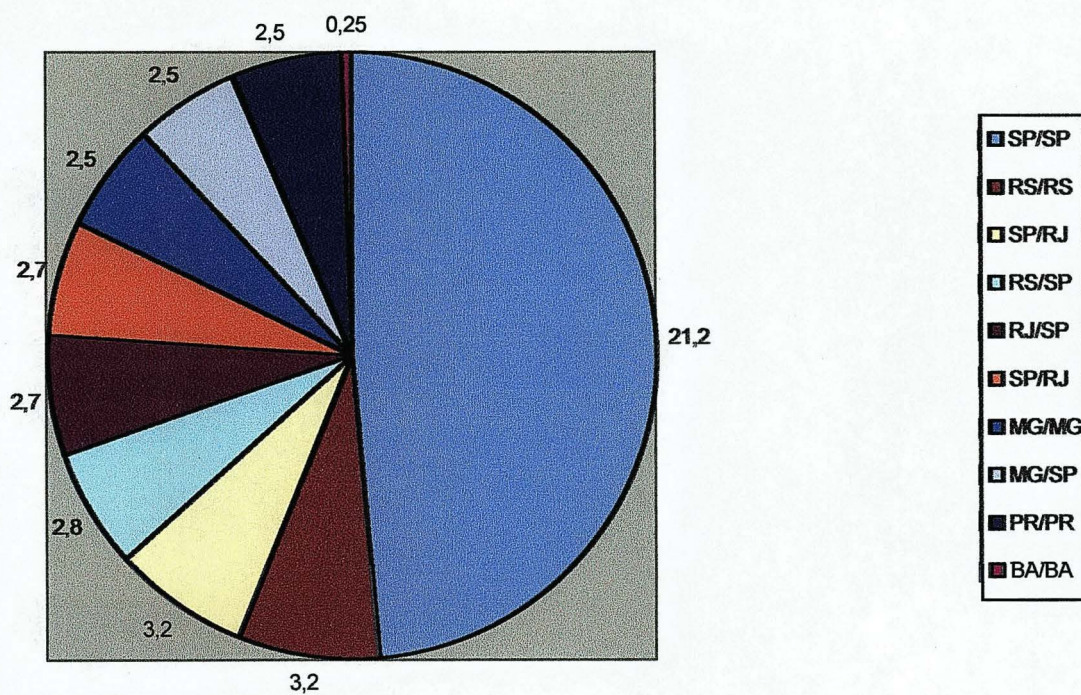
As prestações de serviço de transporte de carga iniciadas e terminadas ou com início e fim no Estado de São Paulo, por ser o estado mais rico, industrializado,

e desenvolvido da federação, correspondem a 21,2% das prestações efetuadas pelos autônomos e 18,9% pelos motoristas no transporte de cargas nacional.

Os principais Estados de Origem/Destino das Cargas são os seguintes:

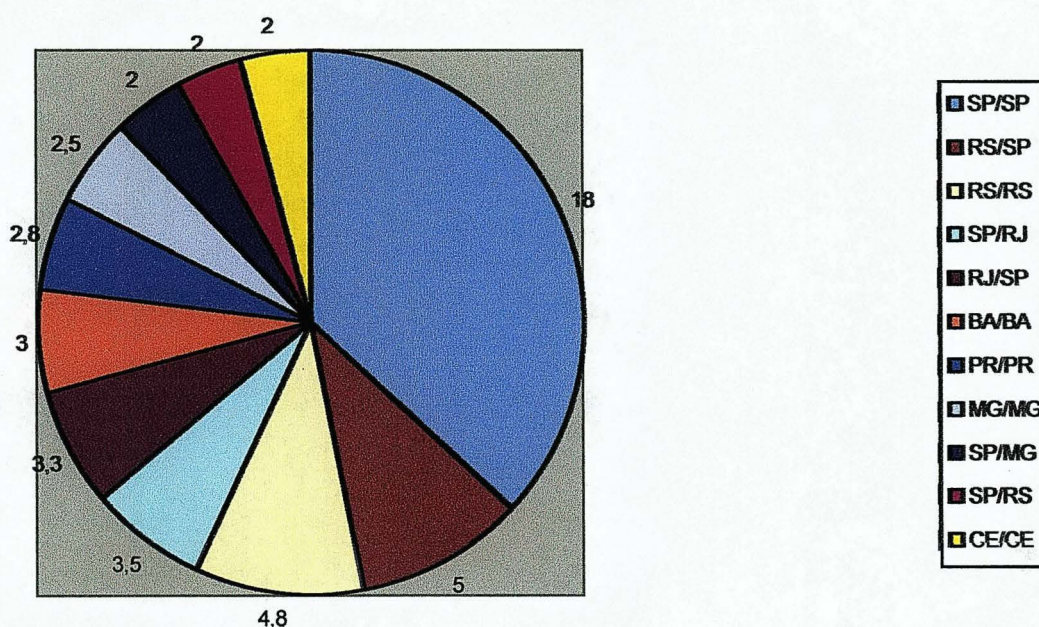
ORIGEM - DESTINO	AUTÔNOMOS %
SP/SP	21,2
RS/RS	3,2
SP/RJ	3,2
RS/SP	2,8
RJ/SP	2,7
SP/PR	2,7
MG/MG	2,5
MG/SP	2,5
PR/PR	2,5
BA/BA	2,5

FONTE: Confederação Nacional do Transporte



ORIGEM – DESTINO	MOTORISTAS %
SP/SP	18,9
RS/SP	5,0
RS/RS	4,8
SP/RJ	3,5
RJ/SP	3,3
BA/BA	3,0
PR/PR	2,8
MG/MG	2,5
SP/MG	2,0
SP/RS	2,0
CE/CE	2,0

FONTE: Confederação Nacional do Transporte



3.1.5. Micro e Pequenas empresas transportadoras de carga no Brasil

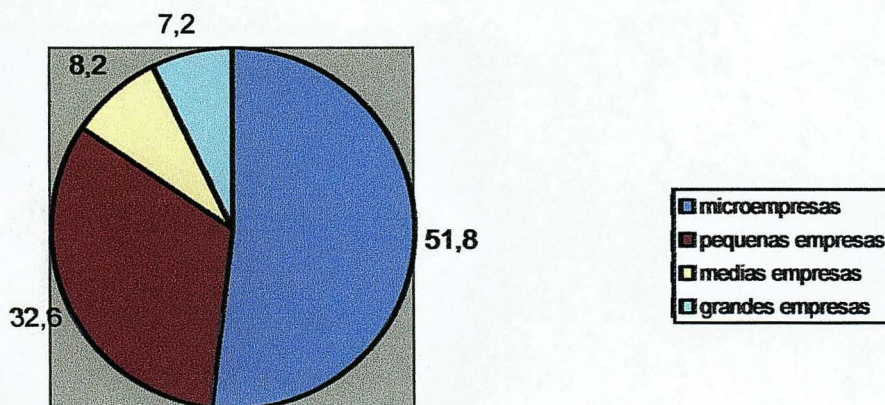
As micros e pequenas empresas têm fundamental importância no ambiente econômico brasileiro. Conforme dados do SEBRAE, no período de 1990 a 1999 foram constituídas no Brasil 4,9 milhões de empresas, dentre as quais 2,7 milhões são microempresas, ou seja, um percentual que ultrapassa os 55%. Entretanto, o impacto das micro e pequenas empresas no cenário econômico é menor do que

seria de se esperar, dada à alta mortalidade de empresas desse porte. Segundo o SIMPI – Sindicato das Microempresas, baseado na pesquisa de campo realizada em 1999 pelo SEBRAE, mais da metade de todas as micros e pequenas empresas abertas a cada ano estarão fechadas no terceiro ano de atividade, sendo a falta de capital de giro e a carga tributária elevada as maiores dificuldades enfrentadas.

As microempresas e as pequenas empresas de transporte rodoviário de cargas correspondem a 84,6% entre as empresas do setor. Na radiografia do setor, obtida através de pesquisa específica, efetuada pela Confederação Nacional do Transporte – CNT em 2003, verifica-se a seguinte divisão, segundo o tipo empresarial, do setor de transporte de cargas brasileiro, sendo utilizados os seguintes conceitos para a formação da amostragem dos quatro estratos da empresa de transporte de cargas: Microempresa – até 9 empregados; Pequena empresa – entre 10 a 49 empregados e Grande Empresa – 100 ou mais empregados.

TIPO DE EMPRESA	%
Microempresas	51,8
Pequenas empresas	32,8
Médias empresas	8,2
Grandes empresas	7,3

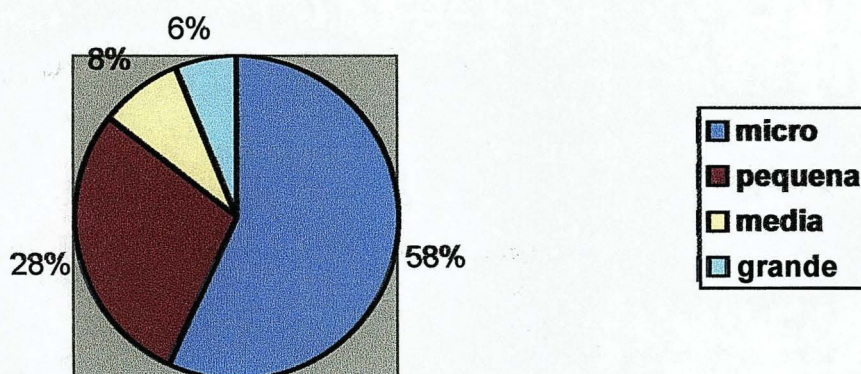
Fonte: Pesquisa Empresarial de Cargas CNT – 2003 – Relatório Anual



O Relatório Anual Conselho Nacional de Transportes 2002 demonstra pelo quadro a seguir, que as micro e pequenas empresas, inscritas como transportadoras de carga, representam ampla maioria entre as empresas do setor, sendo responsáveis por 85,4 % entre todas as empresas cadastradas.

Porte da empresa	Cadastro	%
Micro	4.704	57,0
Pequena	2.345	28,4
Média	688	8,3
Grande	510	6,3
TOTAL	8.247	100

Fonte: Confederação Nacional do Transporte 2002



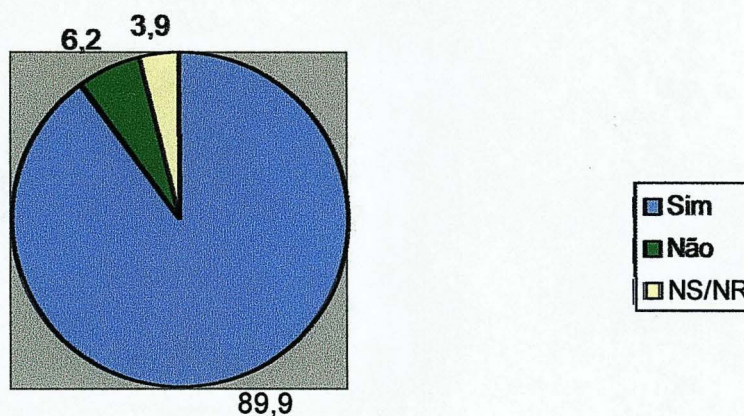
A pesquisa realizada pela Confederação Nacional do Transporte em 2002 registrou que as pequenas empresas apresentaram maior concentração nos estados de São Paulo, 29,2% Minas Gerais 15,7%, Paraná 13,0% e Rio Grande do Sul 10,8%, enquanto que os estados de São Paulo 30,4% Rio Grande do Sul 15,2% Paraná 13,0% apresentaram maior freqüência de empresas de médio porte.

No que se refere à natureza da empresa, as empresas LTDA representam no mínimo 84,6% entre as Microempresas e no máximo 94,5% nas empresas de Pequeno porte.

Por terem estruturas empresariais mais simplificadas, as micro e pequenas empresas tendem atuar de forma independente no mercado.

A participação em grupos empresariais é bastante restrita no setor. Das empresas entrevistadas pela CNT em 2002, apenas 6,2% fazem parte de algum grupo empresarial, contra 89,9% que se posicionam independentes no mercado.

Participação em Grupo Empresarial



Fonte: Confederação Nacional do Transporte 2002

O regime do Simples Federal, que institui uma tributação simplificada na esfera federal, por meio da Lei nº 9.317/96, não estabelece vedação ao enquadramento das empresas de transportes rodoviário de cargas, desde que não se verifiquem situações impeditivas previstas na legislação. Este regime simplificado de tributação estabelece o recolhimento dos tributos federais de forma unificada, tendo como parâmetro à receita bruta.

Segundo o Prof. Jaime BETONI (Apostila I da disciplina de Gestão e Auditoria Tributária – Cascavel: 2002, pag. 32): “o enquadramento das empresas no

simples federal faz com que obtenham uma menor carga tributária, em relação a outras empresas”

3.1.6. Tempo de Atuação no Setor

De acordo com a Pesquisa da Empresa Brasileira de Cargas CNT-2003, constata-se que 74,4 % das microempresas atuantes no transporte de rodoviário de cargas atuam no setor há mais de 10 anos, sendo obtido resultado semelhante - 77,3 % - para as pequenas empresas. Isto decorre em função de que o setor de transportes rodoviário de cargas caracteriza-se por seguir um perfil mais tradicional quanto à sua estruturação empresarial, sendo formado por empresas com larga experiência no mercado transportador, o que certamente dificulta a entrada de novas empresas no mercado.

3.1.7. Os Índices de emprego no setor de transportes

Os Índices de emprego no setor de transporte rodoviário de cargas, divulgado pelo IBGE, tendo como base o mês de fevereiro/96, vêm apresentando uma queda gradativa, embora tenham sido registradas recuperações em alguns meses, o que indica uma retração econômica neste setor.

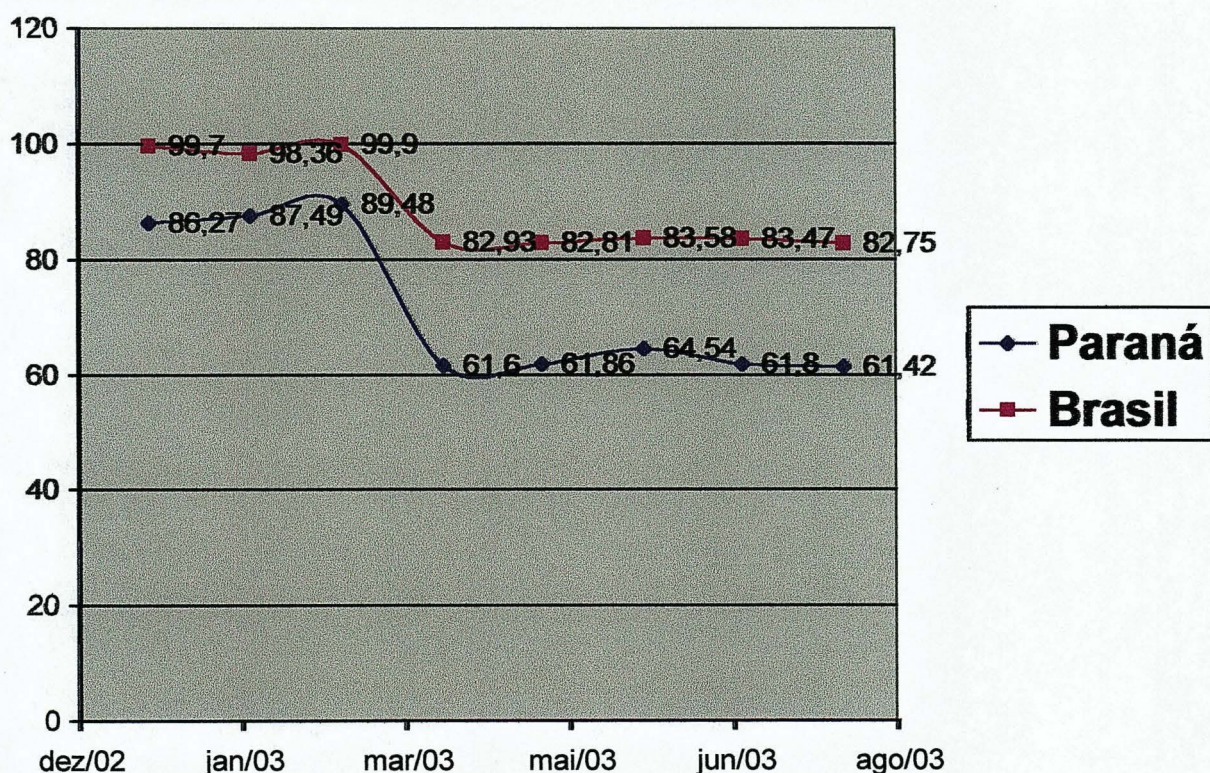
No Estado do Paraná esta queda se apresenta com maior intensidade, em relação ao panorama nacional, de onde pode-se concluir que o setor de transporte rodoviário de carga, ao invés de apresentar expansão, vem apresentando um declínio, o que faz com que se intensifique a concorrência entre as empresas

estabelecidas, dificultando de sobre maneira a entrada de novas empresas concorrentes.

Modal Rodoviário de Carga, Índice de emprego base (fevereiro de 1996 = 100)

MÊS/ANO	PR	BRASIL
Fev/1996	100,00	100,00
Dez/2002	88,91	100,24
Jan/2003	86,27	99,70
Fev/2003	87,49	98,36
Mar/2003	89,48	99,90
Abr/2003	61,60	82,93
Mai/2003	61,86	82,81
Jun/2003	64,54	83,58
Jul/2003	61,80	83,47
Ago/2003	61,42	82,75

Fonte: Índice de Desempenho Econômico do Transporte (IDET-FIPE/CNT)



3.2. A PEQUENA EMPRESA E O NOVO CÓDIGO CIVIL:

Com o advento do novo Código Civil (Lei n.10.406/02), em vigor a partir de 12 de janeiro de 2003, as empresas de transportes rodoviárias de cargas, como sociedades empresárias, devem constituir-se segundo os tipos societários previstos nos arts. 1.039 a 1.092 (963). De acordo com o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas) - “A Pequena Empresa e o Código Civil” - 98,9% das empresas constituídas, são do tipo sociedade limitada.

Esse tipo de sociedade caracteriza-se por restringir a responsabilidade dos sócios ao valor de suas quotas, porém, responsabilizando-os solidariamente pela integralização do capital social.

3.3. A atual tributação do ICMS do Paraná para as prestadoras de serviço rodoviário de cargas

O Decreto Nº 5.141/01, que aprovou o Regulamento do ICMS/PR – RICMS/PR, estabelece as obrigações tributárias para os prestadores de serviço rodoviário de cargas, que praticam fatos geradores do ICMS definidos pela Lei Nº 11.580/96.

3.3.1. Inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS – CAD/ICMS

Aqueles que pretendam prestar serviço de transporte interestadual e intermunicipal deverão se inscrever no CAD/ICMS, excetuando-se os transportadores autônomos, de acordo com o art. 103, caput e § 4º do RICMS/PR.

A empresa, contribuinte do ICMS, quando encerra suas atividades deve requerer a sua exclusão no CAD/ICMS, passando a ser considerada baixada. Nesta hipótese deverão ser levantados eventuais débitos junto a receita estadual.

A empresa que não requereu baixa junto ao cadastro de contribuintes do ICMS – CAD/ICMS, mas não encontra mais operando no local para o qual foi concedida inscrição estadual, é cancelada de ofício pela fiscalização paranaense, passando a ser designada como empresa cancelada. Nesta situação é muito comum os sócios desaparecerem ou que sejam caracterizados os denominados “sócios – laranja”, servindo apenas para sonegação, o não pagamento de débitos declarados, a concessão de créditos irregulares e outras falcatruas.

A empresa inscrita no CAD/ICMS deverá emitir, entre os documentos fiscais relativos a prestações de serviço de transporte, nos termos da seção 3 do capítulo IV do RICMS/PR, o Conhecimento de transporte rodoviário de cargas, antes do início da prestação do serviço do transporte (Art. 150 do RICMS/PR). O destaque do ICMS neste documento fiscal proporciona a apuração do ICMS a recolher por parte da transportadora inscrita e o crédito para o contratante do serviço.

3.3.2. Alíquota do ICMS na Prestação de Serviços de Transporte

As alíquotas na prestação de serviços de transporte podem ser interestaduais ou estaduais. Neste caso é equivalente a 12%, enquanto que nas prestações interestaduais são equivalentes a 7%, quando o serviço é destinado a contribuintes localizados nos Estados do Nordeste, Norte, Centro-Oeste, além do Estado do Espírito Santo, ou 12% quando o serviço é destinado aos estados da

região Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo), nos termos dos artigos 15, I, alínea I e Art. 16, I, II do RICMS/PR.

Exemplos:

Prestação estadual

Valor da prestação: R\$ 100,00

Alíquota – 12%

ICMS a recolher = R\$ 12,00

Prestações interestaduais

Valor da prestação: R\$ 100,00

Alíquota – 7%

ICMS a recolher = R\$ 7,00

Na pesquisa CEL/COPPEAD divulgada pela Confederação Nacional do Transporte, sabe-se que a média de valor pago para um frete de carga fechada é de 3,5% do valor do produto, significativamente menor do que as diferentes alíquotas de ICMS, trazendo como consequência desta distribuição o chamado “passeio dos produtos” pelo país. Um dos produtos que seja vendido dentro do estado do Ceará, por exemplo, pode ter como melhor opção econômica ir até Minas Gerais e voltar; explica-se; sobre o produto vendido dentro do estado do Ceará incide uma taxa de ICMS de 17% sobre a venda. Sobre o produto que é vendido de Minas Gerais, para o Ceará incide uma alíquota de apenas 7% sobre a sobre a transferência entre as empresas de Minas e Ceará incide 12% de ICMS, porem esse valor é revertido em crédito de ICMS e incide apenas sobre o valor de transferência que é significativamente menor do que o da venda.

3.3.3. Sistema Débito - Crédito

O princípio constitucional da não – cumulatividade, seguido pelo parágrafo 4º do art. 23 do RICMS/PR, permite ao estabelecimento prestador de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal, inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado-CAD / ICMS, apropriar-se do crédito do ICMS relativo a operações tributadas de aquisição de combustíveis, lubrificantes, óleos, aditivos, pneus e demais materiais rodantes, efetivamente utilizados na prestação de serviço iniciado no Paraná.

Assim, uma empresa transportadora deve apurar o ICMS a recolher confrontando o débito existente, em relação às suas prestações e o crédito decorrente das entradas. Este sistema é chamado de conta gráfica.

Exemplo: Uma transportadora apura o ICMS em R\$ 100,00.

Ela utilizou efetivamente R\$ 80,00 à título de combustível, que teve na nota fiscal um destaque de ICMS equivalente a R\$ 9,00.

O ICMS devido será $R\$ 100,00 \text{ menos } R\$ 9,00 = R\$ 91,00$ à título de ICMS a recolher.

Nota: Ao optar pelo regime de tributação “Normal”, a transportadora não poderá optar pelo crédito presumido, abordado a seguir.

Como consequência do “sistema débito – crédito”, as empresas que contratam transportadoras de carga podem se creditar do ICMS decorrente da prestação do serviço de transporte, sendo denominadas tomadoras do serviço.

3.3.4. Crédito Presumido do ICMS

Aos prestadores de serviço de transporte rodoviário de carga, é concedido um crédito presumido equivalente a 20% do valor do ICMS devido na prestação, a ser adotado opcionalmente pelo contribuinte, em substituição ao sistema de tributação normal, nos termos do inciso VII, do artigo 50 do RICMS- PR.

O optante pelo crédito presumido não poderá aproveitar quaisquer outros créditos (art. 50, § 4º, do RICMS-PR).

No caso de subcontratação, fica vedada a apropriação do crédito presumido pelo transportador contratante (art. 50, § 5º, do RICMS-PR.).

Exemplo: valor da prestação de serviço = R\$ 100,00

Alíquota: 12%

ICMS à Recolher = R\$ 12,00

Crédito Presumido equivalente a 20% do ICMS = R\$ 2,40.

ICMS à Recolher = R\$ 12,00 – R\$ 2,40 = R\$ 9,60.

Nota: Neste exemplo a transportadora não pode apropriar-se de outros créditos de ICMS.

No exemplo acima, pode-se encontrar a carga tributária de ICMS para empresa que utiliza o credito presumido, que é equivalente a 9,6% do faturamento.

3.4. REGIME PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO ESTADO DO PARANÁ

A partir de 01 de fevereiro de 2003, através dos Decretos nº 246/247/2003, que modificaram o capítulo do regime das microempresas do RICMS/PR e da Norma

de Procedimento Fiscal nº 006/2003, o Estado do Paraná implementou um regime simplificado e diferenciado para as Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Este regime simplificado de tributação permite às empresas nele enquadradas recolherem o ICMS, de acordo com percentuais aplicados sobre a receita bruta em um determinado período, além de estabelecer uma simplificação nas obrigações fiscais.

Segundo (Programa de apoio à micro e pequena empresa do Paraná – 2003), ao implementar o regime simplificado de tributação, o Estado do Paraná pretende atingir 120.000 das 170.000 empresas paranaenses contribuintes do ICMS, sabendo-se que perto de 70% dos empregos formais são gerados por microempresas.

Este programa adequa-se ao Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, aprovado pela Lei nº 9.841, de 05/10/99.

3.4.1. Microempresa

Foi definida pela legislação paranaense a Microempresa – que é aquela que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade (artigo 407, inciso I do RICMS/PR)

3.4.2. Empresa de pequeno porte

A Empresa De Pequeno Porte – EPP – é aquela que tiver receita bruta anual superior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade (artigo 407, inciso II do RICMS/PR).

3.4.3. Receita Bruta

A apuração da receita bruta é importante para o enquadramento no regime de tributação simplificado e para a apuração mensal do ICMS a recolher pelas microempresas e empresas de pequeno porte.

Será considerada, nos termos da alínea c, do parágrafo 1º, do art. 407 do RICMS/PR, como receita bruta, o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas em conjunto por todos os estabelecimentos da empresa, excluídos os valores correspondentes a prestações de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios, saídas canceladas, descontos incondicionais concedidos, devoluções de mercadorias adquiridas, transferências em operações internas e operações internas decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou conserto, sendo vedado efetuar qualquer outra exclusão (artigo 407, § 2º do RICMS/PR).

A receita bruta para fins de enquadramento no regime simplificado de tributação, de acordo com o § 1º do art. 407 do RICMS/PR, será a auferida no

período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, terá seu limite calculado proporcionalmente ao número de meses de efetiva atividade quando:

- a. o início das operações ocorrer após o mês de janeiro;
- b. o seu encerramento ocorrer antes do mês de dezembro;
- c. suas atividades forem suspensas por um ou mais meses do ano civil;

3.4.4. Apuração mensal para as microempresas e as empresas de pequeno porte

De acordo com o art. 416 - A, do RICMS/PR, para o cálculo do imposto a ser recolhido mensalmente, são aplicados percentuais sobre a receita bruta mensal dos estabelecimentos de cada empresa, sendo vedada a apropriação de crédito, excetuando-se as hipóteses de recolhimento previstas pelo art. 412 do RICMS/PR.

Percentuais Sobre a Receita Bruta Mensal

ATÉ 15.000,00	DESONERADO
De 15.000,01 a 40.000,00	2%
De 40.000,01 a 100.000,00	3%
Acima de 100.000,00	4%

A Tabela Abaixo Apresenta os Valores a Deduzir:

Faturamento tributável (R\$)	Percentual	Valor a Deduzir (R\$)
Até 15.000,00	Isento	-
Até 40.000,00	2%	300,00
Até 100.000,00	3%	700,00
Acima de 100.000,00	4%	1.700,00

A carga tributária de ICMS de uma empresa enquadrada no regime de tributação simplificado é sensivelmente menor, pois, sob o regime normal evidenciado no item 3.3, espera-se uma carga tributária em torno de 9.6% do faturamento. Assim, caso fosse permitido pela legislação o enquadramento das transportadoras rodoviárias de carga no regime simplificado, teriam as mesmas vantagens concedidas às demais empresas passíveis de enquadramento.

Exemplos Práticos de Cálculo do Imposto

Exemplo 1

Receita bruta mensal para apuração do ICMS = R\$ 15.000,00

ATE 15.000,00	DESONERADO
---------------	------------

ICMS a Recolher: 0,00

Exemplo 2

Receita bruta mensal para apuração do ICMS = R\$ 40.000,00

15.000,00	DESONERADO
$(40.000,00 - 15.000,00) = 25.000,00 \times 2\% =$ 500,00	2%

ICMS A Recolher = R\$ 500,00

Exemplo 3

Receita bruta para apuração do ICMS = R\$ 100.000,00

15.000,00	DESONERADO
$(40.000,00 - 15.000,00) = 25.000,00 \times 2\% =$ 500,00	2%
$(100.000,00 - 40.000,00) = 60.000,00 \times 3\% =$ 1.800,00	3%

ICMS a recolher = $(500,00 + 1.800,00) = \text{R\$ } 2.300,00$

Exemplo 4

Receita bruta para apuração do ICMS = R\$ 135.000,00

15.000,00	DESONERADO
$(40.000,00 - 15.000,00) = 25.000,00 \times 2\% = 500,00$	2%
$(100.000,00 - 40.000,00) = 60.000,00 \times 3\% = 1.800,00$	3%
$(135.000,00 - 100.000,00) = 35.000,00 \times 4\% = 1.400,00$	4%

ICMS a recolher = $(500,00 + 1.800,00 + 1.400,00) = \text{R\$ } 3.700,00$

Calculo do Imposto

a) Tabela de Valor a Deduzir

Exemplo

Receita bruta mensal para apuração do ICMS = R\$ 135.000,00

$135.000,00 \times 4\% = 5.400,00$
$5.400,00 - 1.700,00 = 3.700,00$

ICMS a recolher = R\$ 3.700,00

(artigo 410 e 411 do RICMS/PR)

3.4.5. Obrigações Acessórias

Em decorrência do tratamento favorecido, decorrente da legislação, as microempresas e empresas de pequeno porte tem suas obrigações simplificadas em relação às outras empresas.

Conforme o artigo 416 do RICMS/PR, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão cumprir as seguintes obrigações acessórias:

- inscrever-se no CAD/ICMS;

- emitir documentos fiscais para documentar as entradas e as saídas que promover;

- escriturar os livros Registro de Entradas e Registro de Saídas, os quais se prestarão aos demais registros que a legislação determinar;

- apresentar, mensalmente, GIA/ICMS, cuja forma e prazo observará o disposto em Norma de Procedimento Fiscal;

- preencher e entregar, anualmente, a Declaração Fisco-Contábil – DFC, e a Guia de Informação das Operações e Prestações Interestaduais - GI/ICMS;

- manter toda a documentação relativa aos atos negociais que praticar ou em que intervier, até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações ou prestações a que se refiram;

- proceder ao levantamento dos estoques em 31 de dezembro de cada ano, escriturando a quantidade, descrição e valor dos produtos no livro Registro de Entradas ou no livro Registro de Inventário;

- manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que informe tratar-se de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte com o respectivo número da inscrição no CAD/ICMS;

- entregar arquivo magnético, na hipótese de emitir documentos fiscais ou escriturar livros fiscais por sistema eletrônico de processamento de dados, atendendo o disposto no Capítulo XIV do Título III.

Os documentos fiscais emitidos pelas empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte:

- não deverão conter o destaque do ICMS;

- deverão conter impressas, ainda que por meio de carimbo, a expressão: Documento emitido por empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte não gera direito a crédito de ICMS.

3.4.6. Prestadoras de serviços de transporte impedidas de optar pelo regime de tributação simplificada

Ao instituir o regime simplificado de tributação, algumas atividades empresariais não foram abrangidas pela legislação paranaense.

Assim, de acordo com o Art. 409, inciso III do Decreto Nº 5.141/01 – RICMS PR, modificado pelo art. 1º do Decreto Nº 246/03, não poderá optar pelo regime simplificado, a empresa que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal.

Percebe-se que a legislação paranaense novamente excluiu as empresas que prestam serviço de transporte interestadual ou intermunicipal do regime simplificado, haja vista que a mesma restrição se verificava no SIMPLES/PR, instituído pelo decreto nº 2.953/97, que regulamentava o regime das microempresas anteriormente no Paraná.

3.5. INFORMAÇÕES DO CELEPAR, RELATIVAS AO SETOR DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA NO PARANÁ

As informações obtidas junto ao CELEPAR, que é o sistema de processamento de dados do Estado, fornecidos pela Coordenação da Receita do

Estado da Secretaria da Fazenda – SEFA/CRE do Paraná, fornecem um panorama das empresas transportadoras rodoviárias de carga, que permite uma análise atualizada deste segmento, em comparação com a legislação fiscal vigente.

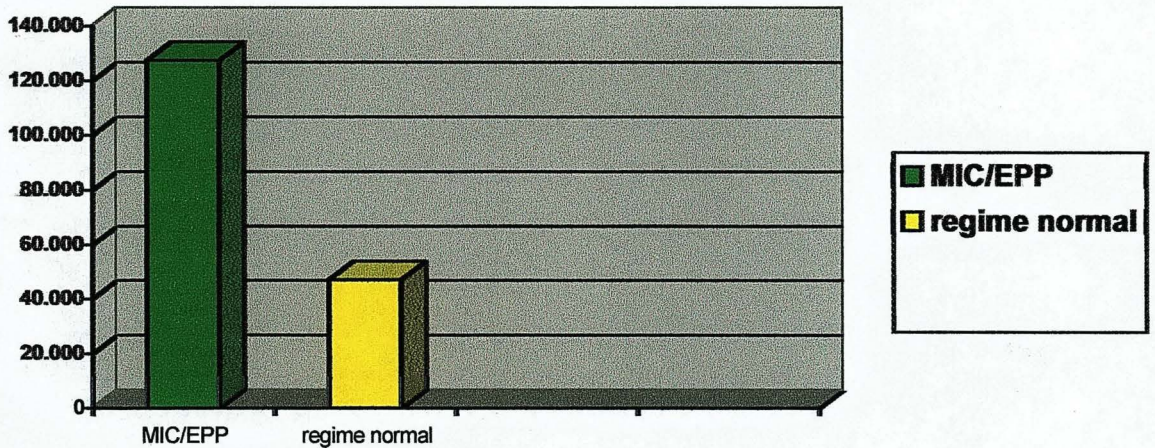
Segundo os dados obtidos no relatório semestral de 2003 da Inspetoria Geral de Arrecadação da Secretaria da Fazenda do Estado (IGA/CRE), o setor de prestação de serviços de transporte corresponde a apenas 2,1% do total da arrecadação do ICMS verificada entre jan a jun/2003, sendo equivalente a R\$ 69.215.553,00.

3.5.1. Número de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte inscritas no CAD/ICMS

Atualmente, segundo informações extraídas do Quadro Resumo do Boletim Informativo Geral de Arrecadação – SEFA/CRE – jan a jun/2003, as microempresas e as empresas de pequeno porte inscritas no CAD/ICMS constituem-se em maioria entre as empresas, sendo distribuídas conforme quadro a seguir, seguindo os mesmos parâmetros existentes entre as empresas nacionais, conforme abordagem do item 3.1.5.

TIPO	QUANTIDADE	%
Microempresas/empresa de pequeno porte	127.376	73%
Empresas no regime normal	47.134	27%
TOTAL	174.510	100%

Fonte: SEFA/CRE



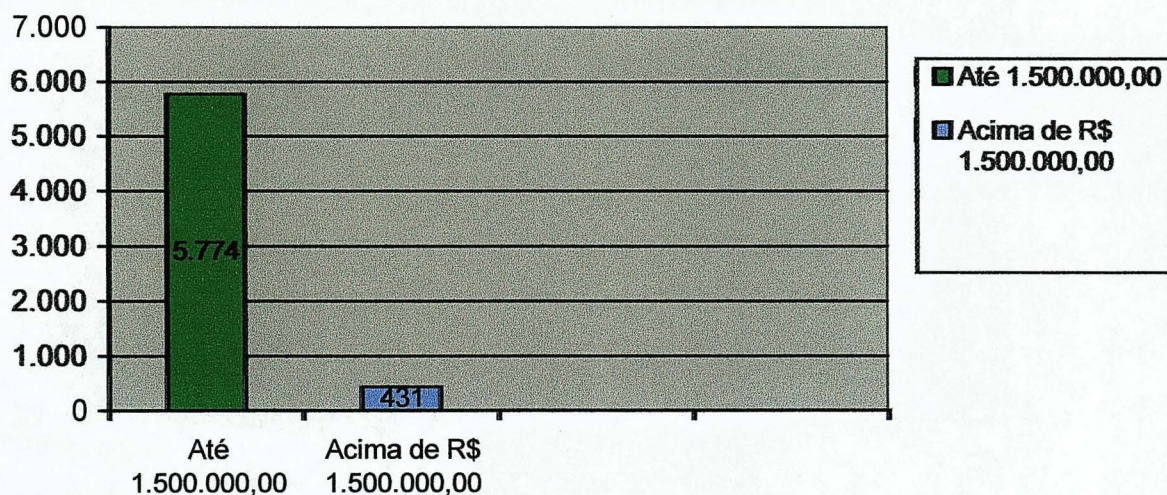
3.5.2. Empresas prestadoras de serviço de transporte rodoviário de cargas conforme seu faturamento anual

Através das informações divulgadas pela IGA/SEFA/CRE, atualmente no CAD/ICMS, verifica-se a existência de 6.205 empresas inscritas como transportadoras rodoviárias de carga. Destas, somente 431 obtêm um faturamento anual acima de R\$ 1.500.000,00. Isto é, caso fossem beneficiadas pelo regime simplificado, cerca de 5.774 seriam passíveis de enquadramento no regime de tributação simplificada, o que possibilitaria uma adequação à realidade do setor, que foi abordada no item 3.1.5.

Faturamento anual das Transportadoras Rodoviárias de Carga

FATURAMENTO	Nº DE EMPRESAS	%
Até R\$ 1.500.000,00	5.774	93%
Acima de R\$ 1.500.000,00	431	7%
TOTAL	6.205	100%

Fonte: CELEPAR – IGA/SEFA/CRE



Percebe-se claramente pelo gráfico acima, que a maioria das empresas transportadoras rodoviárias de cargas poderia optar pelo regime simplificado de tributação estadual, caso não houvesse restrição a elas, abordada no item 3.4.6.

3.5.3. Dívida Ativa

Constitui dívida ativa de ICMS a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela legislação ou por decisão em processo administrativo-fiscal passada em julgado, nos termos do artigo 592 do RICMS/PR.

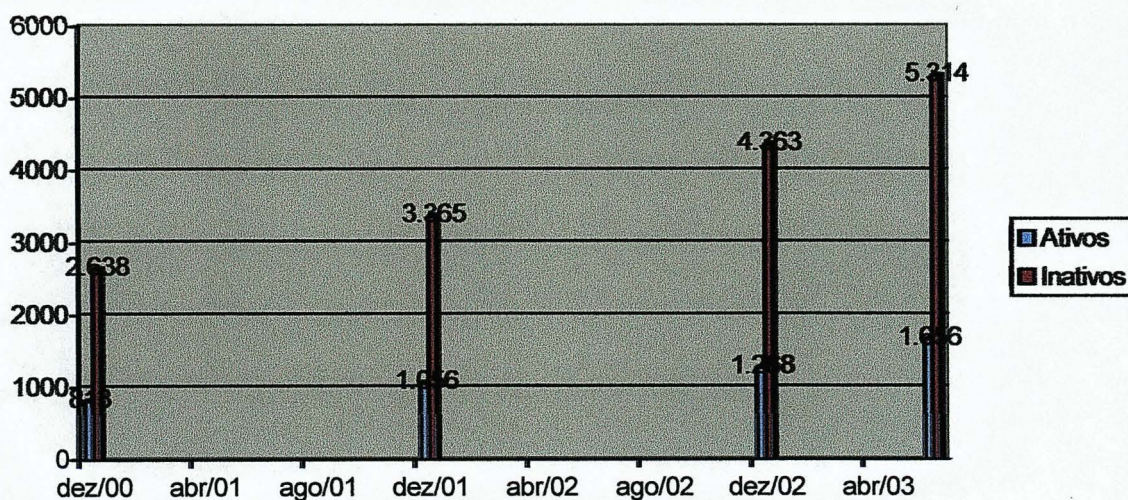
A dívida ativa abrange atualização monetária, multa, juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato. A dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem efeito de prova pré-constituída. (art.204 do CTN).

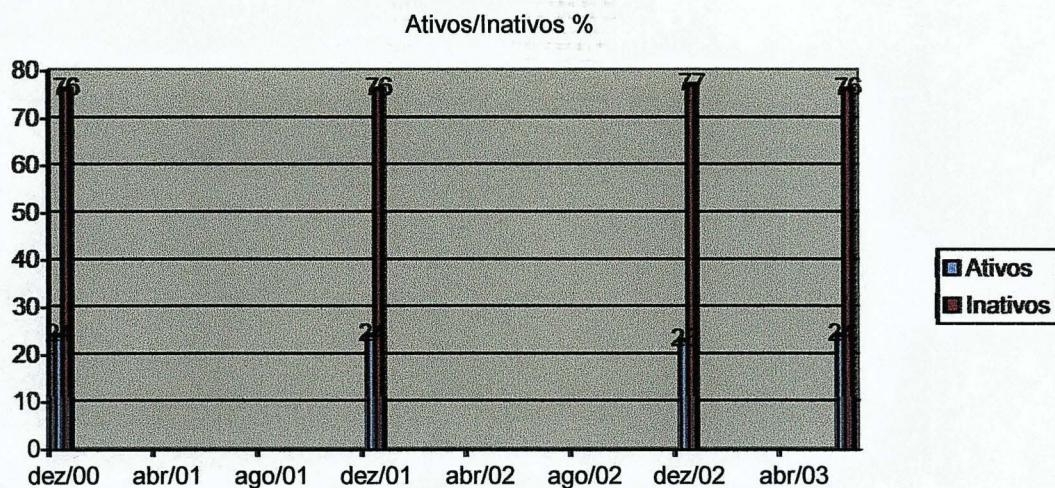
Ao se comparar a dívida ativa das empresas inativas (baixadas e canceladas – item 3.3.1) com as empresas ativas no CAD/ICMS, incluindo-se todos os setores econômicos, constata-se que os valores destas são sensivelmente menores em relação aos valores daquelas, de acordo com o quadro a seguir.

POSIÇÃO	ATIVOS		INATIVOS	
	VALOR	%	VALOR	%
DEZ/00	813	24	2.638	76
DEZ/01	1.056	24	3.365	76
DEZ/02	1.268	23	4.363	77
JUN/03	1.656	24	5.314	76

Fonte: Boletim Informativo da Inspetoria Geral de Arrecadação – SEFA/CRE jan a jun/2003.

Valor ativos/inativos





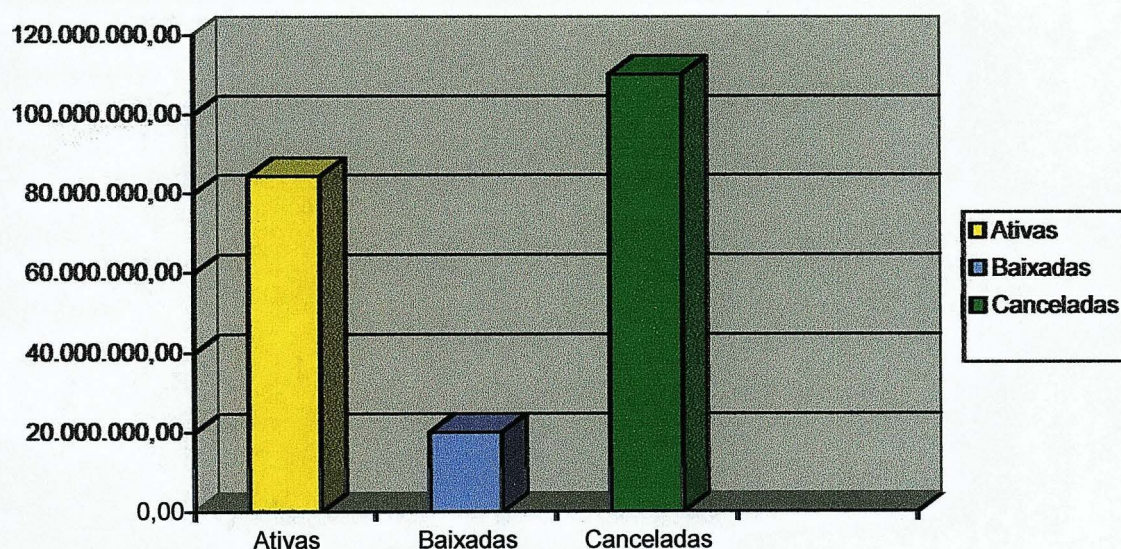
É importante analisar a composição da dívida ativa, a fim de se conhecer o montante correspondente a valores declarados em GIA/ICMS ou a autos de infração emitidos pela fiscalização. As informações do CELEPAR, divulgadas pela IGA/SEFA/CRE, indicam de que 26,1% do valor da dívida ativa são decorrentes de débitos declarados em GIA/ICMS, enquanto que 73,6% relacionam-se com autos de infração.

Em valores, a dívida ativa das empresas transportadoras rodoviárias de carga do Paraná apresenta a seguinte composição.

Dívida ativa das empresas transportadoras rodoviárias de carga do Paraná

EMPRESA	VALOR R\$	%
ATIVAS	84.400.000,00	39%
BAIXADAS	20.000.000,00	9%
CANCELADAS	110.100.000,00	52%
TOTAL	214.500.000,00	100

Fonte: Sistema DAF - CELEPAR



*** VALORES EXPRESSOS EM R\$**

Segundo as informações obtidas junto ao CELEPAR, somente na região de Guarapuava existem atualmente 75 empresas prestadoras de transporte rodoviário de cargas que tiveram suas inscrições no CAD/ICMS canceladas de ofício, dentre as 230 empresas com a situação cadastral inativa ou paralisada. Entre as empresas canceladas, somente 29 delas eram responsáveis por mais de R\$ 2.900.000,00 de débitos inscritos em dívida ativa.

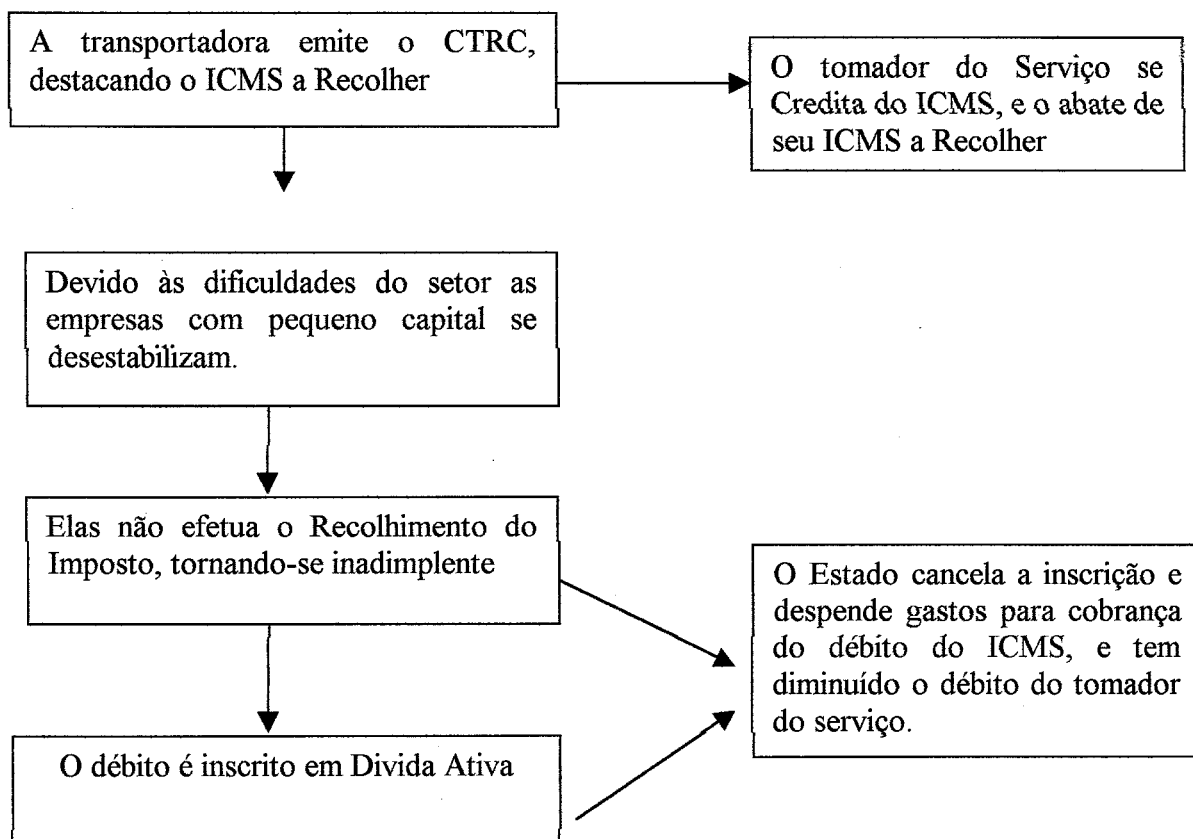
3.6. EMPRESA TRANSPORTADORA NO PARANÁ – CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

As transportadoras rodoviárias de carga, após serem inscritas no CAD/ICMS tentam se manter no mercado, emitindo conhecimentos de transporte os quais geram débitos de ICMS a recolher e que possibilitam o crédito aos tomadores do serviço.

Com a dificuldade inerente ao setor, abordado no item 3.1.2, os débitos declarados em GIA/ICMS não são recolhidos pelas transportadoras ocasionando uma dívida, que não sendo paga será cobrada judicialmente pelo estado, conforme item 3.5.3..

A seguir, é esquematizada esta situação:

A dívida ativa das empresas transportadoras rodoviárias de carga



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do setor de transporte rodoviário de cargas e da legislação estadual aplicada, indica que não há favorecidos, pois ambos tanto as empresas que prestam este serviço, quanto o Estado são prejudicados.

Ao se promover as microempresas e empresas de pequeno porte busca-se, assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

Sabe-se, que serão beneficiadas pela nova política fiscal do Governo do Paraná para as microempresas e empresas de pequeno porte 120 mil das 170 mil empresas paranaenses contribuintes do ICMS.

As empresas transportadoras rodoviárias de cargas não podem se enquadrar no regime simplificado estadual, em decorrência da legislação conforme abordagem no item 3.4.6. Isto significa que 93% das empresas deste segmento, que mereceriam, por parte do estado do Paraná, um tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido, previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal/88, foram excluídas do regime destinado às micro e pequenas empresas, mesmo sabendo-se que o setor de transporte vem apresentando uma retração ainda maior no Paraná do que no cenário nacional, desde 1986, conforme gráfico do item 3.1.7.

Devido ao perfil conservador e a globalização do setor de transporte rodoviário de cargas, abordados no item 3.1.2, as transportadoras que iniciam suas atividades tendem a enfrentar dificuldades, incluindo – se o recolhimento do ICMS. Desta forma, muitas delas deixam de existir, tendo suas inscrições no CAD/ICMS canceladas pela fiscalização, o que faz com que deixem débitos tributários que o Estado, por sua vez tentará cobra-los, despendendo recursos humanos e materiais,

que dificilmente trazem um retorno satisfatório, em função da precariedade destas empresas e até da dificuldade de se localizar o paradeiro dos verdadeiros titulares.

Conclui-se, que pelo próprio sistema “débito – crédito”, é permitido ao tomador do serviço destas empresas canceladas o creditamento do ICMS, que irá reduzir o seu próprio débito no imposto estadual.

No item 3.5.3, constata-se que 52% da dívida ativa relacionada com as empresas de transporte rodoviário de carga corresponde às empresas canceladas.

Sabendo-se que 26,1% dos valores globais da dívida ativa de ICMS no Paraná referem-se a débitos declarados em GIA/ICMS, conforme abordagem no item 3.3.5, estima-se que dos 110,1 milhões de reais, equivalentes a dívida ativa das transportadoras rodoviárias de carga canceladas junto ao CAD/ICMS, cerca de R\$ 28.600.000,00, além de não terem sido recolhido aos cofres públicos ocasionaram um decréscimo na arrecadação estadual.

A abordagem do item 3.6 ilustra a atual legislação destinada às empresas transportadoras rodoviárias de carga, que tem sua inscrição cancelada junto ao CAD/ICMS, muitas vezes devido às dificuldades do setor, ante o esforço do Estado em recuperar o ICMS devido.

Ao serem beneficiadas por uma legislação estadual que fizesse mais justiça diante da realidade econômica, as transportadoras rodoviárias de carga poderiam ter mais competitividade e gerar mais empregos, como consequência, o Estado diminuiria seus custos, efetuados em cobranças de dívida ativa, dos débitos por elas declarados, a qual não aumentaria, e não teria uma diminuição de arrecadação relacionada com os créditos concedidos aos tomadores do serviço.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUYNE, Paul de, HERMANN, J E SCHOUTHEETE, M de. Dinâmica da pesquisa em Ciências Contábeis. 2ª ed. Editora Francisco Alves.

BETONI, Jaime. Apostila I da disciplina de Gestão e Auditoria Tributária. Cascavel: 2002.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTES – CNT – Relatório 2002/2003

CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988.

FABRETTI, Láudio Camargo, CONTABILIDADE TRIBUTÁRIA, 3ª ed. SP, ATLAS, 1997;

GOOD, W. J. e HELT. P. K. Métodos em pesquisa social, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 7ª ed.

LEGISLAÇÃO - BRASIL, Lei nº 9.317/96 e Lei nº 9.841/99

PARANÁ, NPF nº 008/03, Decreto nº 246/03 e Decreto nº 247/03.

PESQUISA ANUAL DE SERVIÇOS IBGE, 1998-1999

SEBRAE - PROGRAMA DE APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA NO ESTADO DO PARANÁ.

Revista CREA PR julho/agosto/2003

_____. CD Rom, AFFAP – Associação dos Fiscais Fazendários do Paraná.

_____. CD Rom, SÍNTESE FISCAL, v. 1.

SALOMON, Dêlcio Vieira. *Como fazer uma monografia. Elementos de metodologia do trabalho científico.* 5ª ed. Belo Horizonte, Intelivros.

www.celepar.gov.br

6. ANEXOS

ANEXO - I - NORMA DE PROCEDIMIENTO FISCAL N° 008/2003



ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO

NORMA DE PROCEDIMENTO FISCAL Nº 008/2003

O DIRETOR DA COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, do art. 5º, do Regimento da CRE, aprovado pela Resolução n.º 134/84 - SEFI e, tendo em vista o disposto no Regulamento do ICMS, resolve expedir a seguinte Norma de Procedimento Fiscal:

SÚMULA: Estabelece procedimentos relativos
aos contribuintes no Regime Fiscal
das Microempresas e das Empresas
de Pequeno Porte.

1. A sigla "MIC" será utilizada para o cadastramento dos estabelecimentos de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte.
2. Os códigos de situação cadastral e regime de pagamento (TSS) ou (SRP), associados às siglas abaixo identificadas, são os seguintes:
 - 2.1. MIC - Centralizador - 1.06 (TSS) ou 1.20.26.XXX

2.2. MIC - Centralizado - 1.08 (TSS) ou 1.20.28.XXX

3. Os contribuintes inscritos no CAD/ICMS, que não foram enquadrados de ofício no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, conforme disposto no Regulamento do ICMS, mas que satisfaçam as condições necessárias para seu enquadramento, deverão apresentar na Agência de Rendas de seu domicílio tributário, os documentos previstos em norma de procedimento fiscal específica.
4. Os pedidos de inscrição no CAD/ICMS e de enquadramento no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte deverão ser instruídos com os documentos previstos em norma de procedimento fiscal específica.
5. Quando indeferido, o pedido de inscrição e o enquadramento no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, deverá ser fundamentado.
6. A opção de enquadramento ou a exclusão, por opção ou de ofício, dar-se-á em relação ao conjunto dos estabelecimentos que façam parte da empresa.
7. A empresa que vier a optar pelo Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte ou pelo regime normal de apuração e pagamento estará sujeita aos critérios estabelecidos em cada regime a partir do 1º dia do mês subsequente ao da opção.

8. Os contribuintes enquadrados no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar, mensalmente, GIA/ICMS nos prazos e forma descritos em norma de procedimento fiscal específica.
9. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que possuir mais de um estabelecimento no Estado deverá efetuar a apuração e o recolhimento do imposto de forma centralizada, observado o disposto em norma de procedimento fiscal específica, num único estabelecimento, denominado centralizador, devendo informar, por ocasião do pedido de enquadramento de cada um dos estabelecimentos, a condição de centralizado ou centralizador.
 - 9.1. O novo estabelecimento inscrito no CAD/ICMS de empresa enquadrada no Regime Fiscal de Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte será automaticamente considerado como centralizado.
10. Esta norma de Procedimento Fiscal entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º. 02.2003, ficando revogada a NPF. nº 005/98.

COORDENAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO, em 04 de fevereiro de 2003.

Luiz Carlos Vieira

ANEXO II – DECRETO N° 246/03

DECRETO Nº 246

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, da Constituição Estadual, e considerando o disposto no art. 179 da Constituição Federal, o art. 143 da Constituição Estadual, na Lei n. 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e nas Leis Estaduais n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, 9.895, de 8 de janeiro de 1992, e 11.651, de 27 de dezembro de 2002, e o Convênio ICMS 59/89,

DECRETA

Art. 1º Fica introduzida no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 5.141, de 12 de dezembro de 2001, a seguinte alteração:

Alteração 141ª O Capítulo XVI do Título III passa a vigorar com a seguinte redação:

CAPÍTULO XVI DO REGIME FISCAL DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Art. 406. As microempresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento tributário diferenciado, regendo-se pelos termos, limites e condições deste Capítulo.

Art. 407. Para os fins do disposto neste capítulo, considera-se:

I - Microempresa, aquela que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade;

II – Empresa de Pequeno Porte - EPP, aquela que tiver receita bruta anual superior a R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), no ano de seu enquadramento ou no ano anterior, se estiver em atividade.

§ 1º A receita bruta prevista neste artigo:

a) será a auferida no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro;

b) terá seu limite calculado proporcionalmente ao número de meses de efetiva atividade quando:

1.o início das operações ocorrer após o mês de janeiro;

2.o seu encerramento ocorrer antes do mês de dezembro;

3.suas atividades forem suspensas por um ou mais meses do ano civil;

c) considerará o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas em conjunto por todos os estabelecimentos da empresa, excluídos os valores correspondentes a prestações de serviços compreendidos na competência tributária dos Municípios, saídas canceladas, descontos incondicionais concedidos, devoluções de mercadorias adquiridas, transferências em operações internas e operações internas decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou conserto.

§ 2º Ressalvado o disposto na alínea "c" do parágrafo anterior, para fins de determinação da receita bruta apurada mensalmente, é vedado efetuar qualquer outra exclusão.

Art. 408. O enquadramento no Regime Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte será realizado mediante opção expressa do contribuinte, observado o disposto em Norma de Procedimento Fiscal.

Art. 409. Não poderá optar pelo Regime Fiscal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte a empresa:

I - constituída sob a forma de sociedade por ações ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica;

II - que realize operações relativas a:

a) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;

b) produção e extração de produtos primários;

III - que preste serviços de transporte interestadual ou intermunicipal;

IV - em que o titular ou sócio participe de outras sociedades comerciais cujo faturamento, em sua totalidade, seja superior ao valor equivalente a R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais);

V - eleito substituto tributário em relação a operações subsequentes.

Art. 410. A parcela de receita bruta mensal do conjunto de estabelecimentos da microempresa e da empresa de pequeno porte, até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), fica desonerada do ICMS.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui as microempresas e as empresas de pequeno porte da obrigatoriedade de recolhimento do imposto nas hipóteses previstas no art. 412.

Art. 411. As microempresas e as empresas de pequeno porte, conforme definidas neste Capítulo, ficam sujeitas ao recolhimento mensal de ICMS de valor equivalente ao somatório do resultado da aplicação dos seguintes percentuais sobre a receita bruta mensal do conjunto de seus estabelecimentos:

I - 2% (dois pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) e seja igual ou inferior a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);

II - 3% (três pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e seja igual ou inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

III - 4% (quatro pontos percentuais), sobre a parcela de receita bruta que exceda R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o valor total das saídas de mercadorias e das prestações de serviços, promovidas pelo conjunto de estabelecimentos da empresa, excluídos os valores correspondentes a:

a) prestações de serviços compreendidos na competência tributária dos municípios;

b) saídas canceladas;

c) descontos incondicionais concedidos;

d) devoluções de mercadorias adquiridas;

- e) transferências em operações internas;
- f) operações internas decorrentes de remessas para depósito, armazenagem, demonstração, feira ou exposição, industrialização ou conserto;
- g) saídas com isenção, imunidade, suspensão do pagamento do imposto, sujeitas ao regime de substituição tributária e para venda ambulante não realizadas.

Art. 412. A microempresa e a empresa de pequeno porte são responsáveis, também, pelo pagamento do imposto referente:

- I - às hipóteses de responsabilidade previstas na legislação do ICMS;
- II - à entrada decorrente de importação de bens e de mercadorias e à arrematação em leilão;
- III - às aquisições de mercadorias sujeitas ao regime de substituição tributária em que não tenha ocorrido a retenção do ICMS e o remetente não tenha sido ou tenha deixado de ser eleito substituto tributário;
- IV - às hipóteses de recolhimento antecipado.

Art. 413. A microempresa e a empresa de pequeno porte que possuírem mais de um estabelecimento no Estado deverão efetuar a apuração e o recolhimento do imposto de forma centralizada, observado o disposto em Norma de Procedimento Fiscal, num único estabelecimento, denominado centralizador, devendo informar, por ocasião do pedido de enquadramento de cada um dos estabelecimentos, a condição de centralizador ou centralizado.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, o novo estabelecimento inscrito no CAD/ICMS, de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte será automaticamente considerado como centralizado.

Art. 414. Perderá a condição de microempresa e de empresa de pequeno porte aquela que:

- I - não preencher os requisitos mencionados neste Capítulo;
- II - optar pelo regime normal de tributação;
- III - ocultar ao fisco operações ou prestações relacionadas com suas atividades ou quando for constatada incompatibilidade entre a receita bruta declarada e as informações econômico-fiscais prestadas pela empresa ou apuradas pelo fisco.

§ 1º A empresa excluída do Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte retornará ao regime normal de apuração e pagamento do imposto a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ocorrência do evento, exceto no caso de exclusão por opção, hipótese em que o contribuinte sujeitar-se-á ao regime normal a partir do 1º dia do mês subsequente ao da opção.

§ 2º Na hipótese de desenquadramento de ofício previsto neste artigo, a empresa poderá ser reenquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte após decorrido o prazo de um ano, contado do mês de referência do desenquadramento.

§ 3º A microempresa e a empresa de pequeno porte cuja receita bruta, no decurso do exercício, exceder ao limite acumulado de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), estará excluída do Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente ao da ocorrência. Tal fato deverá ser comunicado à repartição fazendária a que estiver

subordinada, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência, passando a empresa a submeter-se ao regime normal de tributação.

Art. 415. Na hipótese do artigo anterior, fica assegurado o direito de recuperação do crédito em relação às entradas de mercadorias anteriormente tributadas, existentes em estoque, ressalvadas as sujeitas ao regime de substituição tributária, cujas saídas devam ocorrer com débito do imposto, podendo o contribuinte, na impossibilidade ou dificuldade de determinação do valor real, apropriar-se de 12% do valor dessas mercadorias.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, a recuperação do crédito em relação à entrada de bens do ativo permanente deverá observar, no que couber, o contido no § 4º do art. 24.

Art. 416. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão cumprir as seguintes obrigações acessórias:

I - inscrever-se no CAD/ICMS;

II - emitir documentos fiscais para documentar as entradas e as saídas que promover;

III - escriturar os livros Registro de Entradas e Registro de Saídas, os quais se prestarão aos demais registros que a legislação determinar;

IV - apresentar, mensalmente, GIA/ICMS, cuja forma e prazo observará o disposto em Norma de Procedimento Fiscal;

V - preencher e entregar, anualmente, a Declaração Fisco-Contábil – DFC, e a Guia de Informação das Operações e Prestações Interestaduais - GI/ICMS;

VI - manter toda a documentação relativa aos atos negociais que praticar ou em que intervier, até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações ou prestações a que se refiram;

VII - proceder ao levantamento dos estoques em 31 de dezembro de cada ano, escriturando a quantidade, descrição e valor dos produtos no livro Registro de Entradas ou no livro Registro de Inventário;

VIII - manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que informe tratar-se de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte com o respectivo número da inscrição no CAD/ICMS;

IX - entregar arquivo magnético, na hipótese de emitir documentos fiscais ou escriturar livros fiscais por sistema eletrônico de processamento de dados, atendendo o disposto no Capítulo XIV do Título III.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no inciso II, os documentos fiscais emitidos pelas empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte:

a) não deverão conter o destaque do ICMS;

b) deverão conter impressa, ainda que por meio de carimbo, a expressão: Documento emitido por empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte Não gera direito a crédito de ICMS.

Art. 416-A. A opção pelo Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte veda a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, assim como a apropriação e transferência de créditos relativos ao ICMS.

Art. 416-B. Aplicam-se às empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte as multas previstas no art. 55 da Lei n. 11.580, de 14 de novembro de 1996, de conformidade com o ilícito praticado.

Art. 416-C. Ressalvado o disposto neste Capítulo, aplicam-se à empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, no que couber, as demais normas relativas ao ICMS.

Art. 2º O contribuinte atualmente optante pelo SIMPLES/PR, sujeitar-se-á ao enquadramento de ofício no novo Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte de que trata este Decreto.

§ 1º As empresas enquadradas de ofício no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte que deixarem de apresentar a Declaração Fisco Contábil – ano base 2002, nos prazos estabelecidos na legislação serão automaticamente desenquadradas e inseridas no regime normal de tributação, podendo ser reenquadradas, a pedido, desde que cumpram os requisitos para enquadramento.

§ 2º No enquadramento de ofício de que trata este artigo será considerada como estabelecimento centralizador a matriz, com base no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ, ou, na inexistência desta no CAD/ICMS, o estabelecimento da empresa com inscrição mais antiga.

Art. 3º A fiscalização das empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte terão, prioritariamente, caráter orientativo e medidas fiscais de caráter punitivo serão, necessariamente, precedidas de autorização do Diretor da Coordenação da Receita do Estado.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º.02.2003, inclusive.

Curitiba, 29 de janeiro de 2003, 182º da Independência e 115º da República.

Roberto Requião
Governador do Estado

Heron Arzua
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO III – DECRETO N° 247/03

DECRETO Nº 247

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, V, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. 1º Ficam introduzidas no Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto n. 5.141, de 12 de dezembro de 2001, as seguintes alterações: Alteração 142ª Fica acrescentado o art. 33-A à Subseção I da Seção I do Capítulo VII do Título I, com a seguinte redação:

"33-A. Não se aplica o disposto nesta Subseção à empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, que deverá centralizar a apuração e recolhimento do imposto, observado o disposto no art. 413.

Alteração 143ª O inciso III do art. 56 passa a vigorar com a seguinte redação:

"III - em GR-PR, pelas empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, em relação:

a) às hipóteses previstas nos incisos I, III e IV do art. 412, até o dia cinco do mês subsequente ao das respectivas operações e prestações, sendo que, relativamente ao inciso II do referido artigo deve ser observado o contido nas alíneas "a" e "c" do inciso VI deste artigo;

b) ao disposto nos incisos I, II e III do art. 411, no mês seguinte ao da receita bruta apurada, de acordo com o algarismo final da numeração sequencial estadual do número de inscrição no CAD/ICMS do estabelecimento centralizador, observados os seguintes prazos:

1. até o dia 11 - finais 1 e 2;
2. até o dia 12 - finais 3 e 4;
3. até o dia 13 - finais 5 e 6;
4. até o dia 14 - finais 7 e 8;
5. até o dia 15 - finais 9 e 0;

Alteração 144ª O inciso II do art. 86 passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - saída para estabelecimento de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte;

Alteração 145ª As alíneas a e f do § 1º do art. 232 passam a vigorar com a seguinte redação:

a) o contribuinte autorizado à apuração centralizada do imposto de que trata o caput do art. 28, que deverá entregar a GIA/ICMS até o dia dez do mês subsequente ao das operações ou prestações;

f) os estabelecimentos de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, deverão apresentar GIA/ICMS no mês seguinte ao da receita bruta apurada, de acordo com o algarismo final da

numeração seqüencial estadual do número de inscrição no CAD/ICMS, observados os seguintes prazos:

1. até o dia 11 - finais 1 e 2;
2. até o dia 12 - finais 3 e 4;
3. até o dia 13 - finais 5 e 6;
4. até o dia 14 - finais 7 e 8;
5. até o dia 15 - finais 9 e 0;

Alteração 146ª O § 2º do art. 289-A passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2º O disposto neste artigo não se aplica aos estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, bem como às mercadorias sujeitas ao regime da substituição tributária em relação às operações subseqüentes.

Alteração 147ª O § 1º do art. 315 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º O cupom fiscal emitido pelas empresas enquadradas no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, fica dispensado de conter as indicações referentes ao código, discriminação e quantidade da mercadoria ou serviço.

Alteração 148ª O § 1º do art. 500 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º O disposto neste artigo não se aplica quando o tomador do serviço for estabelecimento de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte ou produtor agropecuário não inscrito no CAD/ICMS.

Alteração 149ª O inciso I do art. 503 passa a vigorar com a seguinte redação:

"I - estabelecimento comercial ou industrial, exceto os de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte;

Alteração 150ª O inciso V do art. 509 passa a vigorar com a seguinte redação:

"V - saída para estabelecimento de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte;

Alteração 151ª O inciso IV do art. 524 passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV - a saída para consumidor final ou para estabelecimento de empresa enquadrada no Regime Fiscal das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o imposto deverá ser debitado em conta gráfica.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º.02.2003, inclusive.

Curitiba, 29 de janeiro de 2003, 182º da Independência e 115º da República.

Roberto Requião
Governador do Estado

Heron Arzua
Secretário de Estado da Fazenda

..

.

.

ANEXO IV – LEI Nº 9.841/99

ESTATUTO DA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

www.soleis.adv.br

LEI Nº 9.841, DE 5 DE OUTUBRO DE 1999

Institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, dispondo sobre o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto nos arts. 170 e 179 da Constituição Federal

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA - Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DO TRATAMENTO JURÍDICO DIFERENCIADO

Art. 1º Nos termos dos arts. 170 e 179 da Constituição Federal, é assegurado às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial, em conformidade com o que dispõe esta Lei e a Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e alterações posteriores.

Parágrafo único. O tratamento jurídico simplificado e favorecido, estabelecido nesta Lei, visa facilitar a constituição e o funcionamento da microempresa e da empresa de pequeno porte, de modo a assegurar o fortalecimento de sua participação no processo de desenvolvimento econômico e social.

CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, ressalvado o disposto no art. 3º, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais);

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, não enquadrada como microempresa, tiver receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais).

§ 1º No primeiro ano de atividade, os limites da receita bruta de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica ou firma mercantil individual tiver exercido atividade, desconsideradas as frações de mês.

§ 2º O enquadramento de firma mercantil individual ou de pessoa jurídica em microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o seu desenquadramento, não implicarão alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.

§ 3º O Poder Executivo atualizará os valores constantes dos incisos I e II com base na variação acumulada pelo IGP-DI, ou por índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 3º Não se inclui no regime desta Lei a pessoa jurídica em que haja participação:

I - de pessoa física domiciliada no exterior ou de outra pessoa jurídica;

II - de pessoa física que seja titular de firma mercantil individual ou sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado na forma desta Lei, salvo se a participação não for superior a dez por cento do capital social de outra empresa desde que a receita bruta global anual ultrapasse os limites de que tratam os incisos I e II do art. 2º.

Parágrafo único. O disposto no inciso II deste artigo não se aplica à participação de microempresas ou de empresas de pequeno porte em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcios de exportação e outras formas de associação assemelhadas, inclusive as de que trata o art. 18 desta Lei.

CAPÍTULO III DO ENQUADRAMENTO

Art. 4º A pessoa jurídica ou firma mercantil individual que, antes da promulgação desta Lei, preenchia os seus requisitos de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, excetuadas as já enquadradas no regime jurídico anterior, comunicará esta situação, conforme o caso, à Junta Comercial ou ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, para fim de registro, mediante simples comunicação, da qual constarão:

I - a situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte;

II - o nome e demais dados de identificação da empresa;

III - a indicação do registro de firma mercantil individual ou do arquivamento dos atos constitutivos da sociedade;

IV - a declaração do titular ou de todos os sócios de que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, o limite fixado no inciso I ou II do art. 2º, conforme o caso, e de que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º.

Art. 5º Tratando-se de empresa em constituição, deverá o titular ou sócios, conforme o caso, declarar a situação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, que a receita bruta anual não excederá, no ano da constituição, o limite fixado no inciso I ou II do art. 2º, conforme o caso, e que a empresa não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no art. 3º desta Lei.

Art. 6º O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de firmas mercantis individuais e de sociedades que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como o arquivamento de suas alterações, é dispensado das seguintes exigências:

I - certidão de inexistência de condenação criminal, exigida pelo inciso II do art. 37 da Lei 8.934, de 18 de novembro de 1994, que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal;

II - prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza, salvo no caso de extinção de firma mercantil individual ou de sociedade.

Parágrafo único. Não se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

Art. 7º Feita a comunicação, e independentemente de alteração do ato constitutivo, a microempresa adotará, em seguida ao seu nome, a expressão "microempresa" ou, abreviadamente, "ME", e a empresa de pequeno porte, a expressão "empresa de pequeno porte" ou "EPP".

Parágrafo único. É privativo de microempresa e de empresa de pequeno porte o uso das expressões de que trata este artigo.

CAPÍTULO IV DO DESENQUADRAMENTO E REENQUADRAMENTO

Art. 8º O desenquadramento da microempresa e da empresa de pequeno porte dar-se-á quando excedidos ou não alcançados os respectivos limites de receita bruta anual fixados no art. 2º.

§ 1º Desenquadrada a microempresa, passa automaticamente à condição de empresa de pequeno porte, e esta passa à condição de empresa excluída do regime desta Lei ou retorna à condição de microempresa.

§ 2º A perda da condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, em decorrência do excesso de receita bruta, somente ocorrerá se o fato se verificar durante dois anos consecutivos ou três anos alternados, em um período de cinco anos.

Art. 9º A empresa de pequeno porte reenquadrada como empresa, a microempresa reenquadrada na condição de empresa de pequeno porte e a empresa de pequeno porte reenquadrada como microempresa comunicarão este fato ao órgão de registro, no prazo de trinta dias, a contar da data da ocorrência.

Parágrafo único. Os requerimentos e comunicações previstos neste Capítulo e no Capítulo

III poderão ser feitos por via postal, com aviso de recebimento.

CAPÍTULO V

DO REGIME PREVIDENCIÁRIO E TRABALHISTA

Art. 10. O Poder Executivo estabelecerá procedimentos simplificados, além dos previstos neste Capítulo, para o cumprimento da legislação previdenciária e trabalhista por parte das microempresas e das empresas de pequeno porte, bem como para eliminar exigências burocráticas e obrigações acessórias que sejam incompatíveis com o tratamento simplificado e favorecido previsto nesta Lei.

Art. 11. A microempresa e a empresa de pequeno porte são dispensadas do cumprimento das obrigações acessórias a que se referem os arts. 74; 135, § 2º; 360; 429 e 628, § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não dispensa a microempresa e a empresa de pequeno porte dos seguintes procedimentos:

I - anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS;

II - apresentação da Relação Anual de Informações Sociais - Rais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - Caged;

III - arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescreverem essas obrigações;

IV - apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - Gfip.

Art. 12. Sem prejuízo de sua ação específica, as fiscalizações trabalhista e previdenciária prestarão, prioritariamente, orientação à microempresa e à empresa de pequeno porte.

Parágrafo único. No que se refere à fiscalização trabalhista, será observado o critério da dupla visita para lavratura de autos de infração, salvo quando for constatada infração por falta de registro de empregado, ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, ou ainda na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

Art. 13. Na homologação de rescisão de contrato de trabalho, o extrato de conta vinculada ao trabalhador relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS poderá ser substituído pela Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - Gfip pré-impressa no mês anterior, desde que sua quitação venha a ocorrer em data anterior ao dia dez do mês subsequente a sua emissão.

CAPÍTULO VI

DO APOIO CREDITÍCIO

Art. 14. O Poder Executivo estabelecerá mecanismos fiscais e financeiros de estímulo às instituições financeiras privadas no sentido de que mantenham linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Art. 15. As instituições financeiras oficiais que operam com crédito para o setor privado manterão linhas de crédito específicas para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, devendo o montante disponível e suas condições de acesso ser expressas, nos respectivos documentos de planejamento, e amplamente divulgados.

Parágrafo único. As instituições de que trata este artigo farão publicar, semestralmente, relatório detalhado dos recursos planejados e aqueles efetivamente utilizados na linha de crédito mencionada neste artigo, analisando as justificativas do desempenho alcançado.

Art. 16. As instituições de que trata o art. 15, nas suas operações com as microempresas e com as empresas de pequeno porte, atuarão, em articulação com as entidades de apoio e representação daquelas empresas, no sentido de propiciar mecanismos de treinamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica articulados com as operações de financiamento.

Art. 17. Para fins de apoio creditício à exportação, serão utilizados os parâmetros de enquadramento de empresas, segundo o porte, aprovados pelo Mercado Comum do Sul - Mercosul para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

Art. 18. (Vetado)

CAPÍTULO VII DO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

Art. 19. O Poder Executivo estabelecerá mecanismos de incentivos fiscais e financeiros, de forma simplificada e descentralizada, às microempresas e às empresas de pequeno porte, levando em consideração a sua capacidade de geração e manutenção de ocupação e emprego, potencial de competitividade e de capacitação tecnológica, que lhes garantirão o crescimento e o desenvolvimento.

Art. 20. Dos recursos federais aplicados em pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica na área empresarial, no mínimo vinte por cento serão destinados, prioritariamente, para o segmento da microempresa e da empresa de pequeno porte.

Parágrafo único. As organizações federais atuantes em pesquisa, desenvolvimento e capacitação tecnológica deverão destacar suas aplicações voltadas ao apoio às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Art. 21. As microempresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido no que diz respeito ao acesso a serviços de metrologia e certificação de conformidade prestados por entidades tecnológicas públicas.

Parágrafo único. As entidades de apoio e de representação das microempresas e das empresas de pequeno porte criarão condições que facilitem o acesso aos serviços de que trata o art. 20.

Art. 22. O Poder Executivo diligenciará para que se garantam às entidades de apoio e de representação das microempresas e das empresas de pequeno porte condições para capacitarem essas empresas para que atuem de forma competitiva no mercado interno e externo, inclusive mediante o associativismo de interesse econômico.

Art. 23. As microempresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado e favorecido quando atuarem no mercado internacional, seja importando ou exportando produtos e serviços, para o que o Poder Executivo estabelecerá mecanismos de facilitação, desburocratização e capacitação.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades da Administração Federal Direta e Indireta, intervenientes nas atividades de controle da exportação e da importação, deverão adotar procedimentos que facilitem as operações que envolvam as microempresas e as empresas de pequeno porte, otimizando prazos e reduzindo custos.

Art. 24. A política de compras governamentais dará prioridade à microempresa e à empresa de pequeno porte, individualmente ou de forma associada, com processo especial e simplificado nos termos da regulamentação desta Lei.

CAPÍTULO VIII

DA SOCIEDADE DE GARANTIA SOLIDÁRIA

Art. 25. É autorizada a constituição de Sociedade de Garantia Solidária, constituída sob a forma de sociedade anônima, para a concessão de garantia a seus sócios participantes, mediante a celebração de contratos.

Parágrafo único. A sociedade de garantia solidária será constituída de sócios participantes e sócios investidores:

I - os sócios participantes serão, exclusivamente, microempresas e empresas de pequeno porte com, no mínimo, dez participantes e participação máxima individual de dez por cento do capital social;

II - os sócios investidores serão pessoas físicas ou jurídicas, que efetuarão aporte de capital na sociedade, com o objetivo exclusivo de auferir rendimentos, não podendo sua participação, em conjunto, exceder a quarenta e nove por cento do capital social.

Art. 26. O estatuto social da sociedade de garantia solidária deve estabelecer:

I - finalidade social, condições e critérios para admissão de novos sócios participantes e para sua saída e exclusão;

II - privilégio sobre as ações detidas pelo sócio excluído por inadimplência;

III - proibição de que as ações dos sócios participantes sejam oferecidas como garantia de qualquer espécie; e

IV - estrutura, compreendendo a Assembléia-Geral, órgão máximo da sociedade, que elegerá o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, que, por sua vez, indicará a Diretoria Executiva.

Art. 27. A sociedade de garantia solidária é sujeita ainda às seguintes condições:

I - proibição de concessão a um mesmo sócio participante de garantia superior a dez por cento do capital social ou do total garantido pela sociedade, o que for maior;

II - proibição de concessão de crédito a seus sócios ou a terceiros; e

III - dos resultados líquidos, alocação de cinco por cento, para reserva legal, até o limite de vinte por cento do capital social; e de cinquenta por cento da parte correspondente aos sócios participantes para o fundo de risco, que será constituído também por aporte dos sócios investidores e de outras receitas aprovadas pela Assembléia-Geral da sociedade.

Art. 28. O contrato de garantia solidária tem por finalidade regular a concessão da garantia pela sociedade ao sócio participante, mediante o recebimento da taxa de remuneração pelo serviço prestado, devendo fixar as cláusulas necessárias ao cumprimento das obrigações do sócio beneficiário perante a sociedade.

Parágrafo único. Para a concessão da garantia, a sociedade de garantia solidária poderá exigir a contragarantia por parte do sócio participante beneficiário.

Art. 29. As microempresas e as empresas de pequeno porte podem oferecer as suas contas e valores a receber como lastro para a emissão de valores mobiliários a serem colocados junto aos investidores no mercado de capitais.

Art. 30. A sociedade de garantia solidária pode conceder garantia sobre o montante de recebíveis de seus sócios participantes, objeto de securitização, podendo também prestar o serviço de colocação de recebíveis junto a empresa de securitização especializada na emissão dos títulos e valores mobiliários transacionáveis no mercado de capitais.

Parágrafo único. O agente fiduciário de que trata a *caput* não tem direito de regresso contra as empresas titulares dos valores e contas a receber, objeto de securitização.

Art. 31. A função de registro, acompanhamento e fiscalização das sociedades de garantia solidária, sem prejuízo das autoridades governamentais competentes, poderá ser exercida pelas entidades vinculadas às microempresas e às empresas de pequeno porte, em especial o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae, mediante convênio a ser firmado com o Executivo.

CAPÍTULO IX DAS PENALIDADES

Art. 32. A pessoa jurídica e a firma mercantil individual que, sem observância dos requisitos desta Lei, pleitear seu enquadramento ou se mantiver enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte estará sujeita às seguintes consequências e penalidades:

I - cancelamento de ofício de seu registro como microempresa ou como empresa de pequeno porte;

II - aplicação automática, em favor da instituição financeira, de multa de vinte por cento sobre o valor monetariamente corrigido dos empréstimos obtidos com base nesta Lei, independentemente do cancelamento do incentivo de que tenha sido beneficiada.

Art. 33. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios desta Lei caracteriza o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo de enquadramento em outras figuras penais.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. Os órgãos fiscalizadores de registro de produtos procederão a análise para inscrição e licenciamento a que estiverem sujeitas as microempresas e as empresas de pequeno porte, no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de entrega da documentação ao órgão.

Art. 35. As firmas mercantis individuais e as sociedades mercantis e civis enquadráveis como microempresa ou empresa de pequeno porte que, durante cinco anos, não tenham exercido atividade econômica de qualquer espécie, poderão requerer e obter a baixa no registro competente, independentemente de prova de quitação de tributos e contribuições para com a Fazenda Nacional, bem como para com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 36. A inscrição e alterações da microempresa e da empresa de pequeno porte em órgãos da Administração Federal ocorrerá independentemente da situação fiscal do titular, sócios, administradores ou de empresas de que estes participem.

Art. 37. As microempresas e as empresas de pequeno porte são isentas de pagamento de preços, taxas e emolumentos remuneratórios de registro das declarações referidas nos arts. 4o, 5o e 9o desta Lei.

Art. 38. Aplica-se às microempresas o disposto no § 1o do art. 8o da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, passando essas empresas, assim como as pessoas físicas capazes, a serem admitidas a proporem ação perante o Juizado Especial, excluídos os cessionários de direito de pessoas jurídicas.

Art. 39. O protesto de título, quando o devedor for microempresário ou empresa de pequeno porte, é sujeito às seguintes normas:

I - os emolumentos devidos ao tabelião de protesto não excederão um por cento do valor do título, observado o limite máximo de R\$ 20,00 (vinte reais), incluídos neste limite as despesas de apresentação, protesto, intimação, certidão e quaisquer outras relativas à execução dos serviços;

II - para o pagamento do título em cartório, não poderá ser exigido cheque de emissão de estabelecimento bancário, mas, feito o pagamento por meio de cheque, de emissão de estabelecimento bancário ou não, a quitação dada pelo tabelionato de protesto será condicionada à efetiva liquidação do cheque;

III - o cancelamento do registro de protesto, fundado no pagamento do título, será feito independentemente de declaração de anuência do credor, salvo no caso de impossibilidade de apresentação do original protestado;

IV - para os fins do disposto no *caput* e nos incisos I, II e III, caberá ao devedor provar sua qualidade de microempresa ou de empresa de pequeno porte perante o tabelionato de protestos de títulos, mediante documento expedido pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso.

Art. 40. Os arts. 29 e 31 da Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. Os cartórios fornecerão às entidades representativas da indústria e do comércio ou àquelas vinculadas à proteção do crédito, quando solicitada, certidão diária, em forma de relação, dos protestos tirados e dos cancelamentos efetuados, com a nota de se cuidar de informação reservada, da qual não se poderá dar publicidade pela imprensa, nem mesmo parcialmente." (NR)

"§ 1º O fornecimento da certidão será suspenso caso se desatenda ao disposto no *caput* ou se forneçam informações de protestos cancelados." (NR)

"§ 2º Dos cadastros ou bancos de dados das entidades referidas no *caput* somente serão prestadas informações restritivas de crédito oriundas de títulos ou documentos de dívidas regularmente protestados cujos registros não foram cancelados." (NR)

"§ 3º Revogado."

"Art. 31. Poderão ser fornecidas certidões de protestos, não cancelados, a quaisquer interessados, desde que requeridas por escrito." (NR)

Art. 41. Ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior compete acompanhar e avaliar a implantação efetiva das normas desta Lei, visando seu cumprimento e aperfeiçoamento.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto neste artigo, o Poder Executivo é autorizado a criar o Fórum Permanente da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, com participação dos órgãos federais competentes e das entidades vinculadas ao setor.

Art. 42. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de noventa dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 43. Revogam-se as Leis nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, e nº 8.864, de 28 de março de 1994.

Brasília, 5 de outubro de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan

Francisco Domelles

Alcides Lopes Tápias

Início

www.soleis.adv.br *Divulgue este site*

ANEXO V – LEI Nº 9.317/96

LEI Nº 9.317, DE 5 DE DEZEMBRO DE 1996

Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES e dá outras providências

(Alterada pelas LEIS Nº 9.528/97, Nº 9.732/98 e Nº 9.779/99, MP Nº 2.189-49/23.08.2001, MP nº 2.158-35/24.8.2001, Nº 10.256/2001, LEI Nº 10.684/30.05.2003, LEI Nº 10.833/29.12.2003 já inseridas no texto)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei regula, em conformidade com o disposto no art. 179 da Constituição, o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido, aplicável às microempresas e as empresas de pequeno porte, relativo aos impostos e às contribuições que menciona.

CAPÍTULO II DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO PORTE SEÇÃO ÚNICA

Da Definição

Art. 2º Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

I - microempresa, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais);

II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano calendário, receita bruta superior a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). § 4º Compreende-se na atividade de construção de imóveis, de que trata o inciso V deste artigo, a execução de obra de construção civil, própria ou de terceiros, como a construção, demolição, reforma, ampliação de edificação ou outras benfeitorias agregadas ao solo ou subsolo." (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)

(*redação anterior*) -II - empresa de pequeno porte, a pessoa jurídica que tenha auferido, no ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

§ 1º No caso de início de atividade no próprio ano-calendário, os limites de que tratam os incisos I e II serão proporcionais ao número de meses em que a pessoa jurídica houver exercido atividade, desconsideradas as frações de meses.

§ 2º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

CAPÍTULO III DO SISTEMA INTEGRADO DE PAGAMENTO DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES - SIMPLES SEÇÃO I

Da Definição e da Abrangência

Art. 3º A pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa e de empresa de pequeno porte, na forma do art. 2º, poderá optar pela inscrição no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

§ 1º A inscrição no SIMPLES implica pagamento mensal unificado dos seguintes impostos e contribuições:

- a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ;
- b) Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP;
- c) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL;

d) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS;

e) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI;

f) Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996, os arts. 22 e 22A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e o art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994. (Redação da LEI Nº 10.256, DE 9 DE JULHO DE 2001)

(Redação anterior) - f) contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, o art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, e a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996. (Redação da LEI Nº 9.528, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997)

(redação anterior) - f) Contribuições para a Seguridade Social, a cargo da pessoa jurídica, de que tratam o art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e a Lei Complementar nº 84, de 18 de janeiro de 1996.

§ 2º O pagamento na forma do parágrafo anterior não exclui a incidência dos seguintes impostos ou contribuições, devidos na qualidade de contribuinte ou responsável, em relação aos quais será observada a legislação aplicável às demais pessoas jurídicas:

a) Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF;

b) Imposto sobre Importação de Produtos Estrangeiros - II;

c) Imposto sobre Exportação, para o Exterior, de Produtos Nacionais ou Nacionalizados - IE;

d) Imposto de Renda, relativo aos pagamentos ou créditos efetuados pela pessoa jurídica e aos rendimentos ou ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável, bem assim relativo aos ganhos de capital obtidos na alienação de ativos;

e) Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR;

f) Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira - CPMF;

g) Contribuição para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

h) Contribuição para a Seguridade Social, relativa ao empregado.

§ 3º A incidência do imposto de renda na fonte relativa aos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações de renda fixa ou variável e aos ganhos de capital, na hipótese da alínea d do parágrafo anterior, será definida.

§ 4º A inscrição no SIMPLES dispensa a pessoa jurídica do pagamento das demais contribuições instituídas pela União.

Art. 4º O SIMPLES poderá incluir o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal - ICMS ou o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS devido por microempresas e empresa de pequeno porte, desde que a Unidade Federada ou o município em que esteja estabelecida venha a ele aderir mediante convênio.

§ 1º Os convênios serão bilaterais e terão como partes a União, representada pela Secretaria da Receita Federal, e a Unidade Federada ou o município, podendo limitar-se à hipótese de microempresa ou de empresa de pequeno porte.

§ 2º O convênio entrará em vigor a partir do terceiro mês subsequente ao da publicação, no Diário Oficial da União, de seu extrato.

§ 3º Denunciado o convênio, por qualquer das partes, a exclusão do ICMS ou do ISS do SIMPLES somente produzirá efeito a partir de 1º de janeiro do ano-calendário subsequente ao da sua denúncia.

§ 4º Para fins do disposto neste artigo, os convênios de adesão ao SIMPLES poderão considerar como empresas de pequeno porte tão-somente aquelas cuja receita bruta, no ano calendário, seja superior a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) e igual ou inferior a R\$720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

”(NR) *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*

SEÇÃO II

Do Recolhimento e dos Percentuais

Art. 5º O valor devido mensalmente pela microempresa e empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será determinado mediante a aplicação, sobre a receita bruta mensal auferida, dos seguintes percentuais:

I - para a microempresa, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

- a) até R\$60.000,00 (sessenta mil reais): 3% (três por cento);
- b) de R\$60.000,01 (sessenta mil reais e um centavo) a R\$90.000,00 (noventa mil reais): 4% (quatro por cento);
- c) de R\$90.000,01 (noventa mil reais e um centavo) a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais): 5% (cinco por cento);

II - para a empresa de pequeno porte, em relação à receita bruta acumulada dentro do ano-calendário:

- a) até R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais): 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento);
- b) de R\$240.000,01 (duzentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais): 5,8% (cinco inteiros e oito décimos por cento);
- c) de R\$360.000,01 (trezentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais): 6,2% (seis inteiros e dois décimos por cento);
- d) de R\$480.000,01 (quatrocentos e oitenta mil reais e um centavo) a R\$600.000,00 (seiscentos mil reais): 6,6% (seis inteiros e seis décimos por cento);
- e) de R\$600.000,01 (seiscentos mil reais e um centavo) a R\$720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 7% (sete por cento).
- f) de R\$720.000,01 (setecentos e vinte mil reais e um centavo) a R\$840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais): sete inteiros e quatro décimos por cento; (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)
- g) de R\$840.000,01 (oitocentos e quarenta mil reais e um centavo) a R\$960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais): sete inteiros e oito décimos por cento; (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)
- h) de R\$960.000,01 (novecentos e sessenta mil reais e um centavo) a R\$1.080.000,00 (um milhão e oitenta mil reais): oito inteiros e dois décimos por cento; (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)
- i) de R\$1.080.000,01 (um milhão, oitenta mil reais e um centavo) a R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais): oito inteiros e seis décimos por cento; (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)

§ 1º O percentual a ser aplicado em cada mês, na forma deste artigo, será o correspondente à receita bruta acumulada até o próprio mês.

§ 2º No caso de pessoa jurídica contribuinte do IPI, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos de 0,5 (meio) ponto percentual.

§ 3º Caso a Unidade Federada em que esteja estabelecida a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha celebrado convênio com a União, nos termos do art. 4º, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos, a título de pagamento do ICMS, observado o disposto no respectivo convênio:

I - em relação a microempresa contribuinte exclusivamente do ICMS: de até 1 (um) ponto percentual;

II - em relação a microempresa contribuinte do ICMS e do ISS: de até 0,5 (meio) ponto percentual;

III - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ICMS: de até 2,5 (dois e meio)

pontos percentuais;

IV - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte do ICMS e do ISS: de até 2 (dois) pontos percentuais.

§ 4º Caso o município em que esteja estabelecida a microempresa ou a empresa de pequeno porte tenha celebrado convênio com a União, nos termos do art. 4º, os percentuais referidos neste artigo serão acrescidos, a título de pagamento do ISS, observado o disposto no respectivo convênio:

I - em relação a microempresa contribuinte exclusivamente do ISS: de até 1 (um) ponto percentual;

II - em relação a microempresa contribuinte do ISS e do ICMS: de até 0,5 (meio) ponto percentual;

III - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte exclusivamente do ISS: de até 2,5 (dois e meio) pontos percentuais;

IV - em relação a empresa de pequeno porte contribuinte do ISS e do ICMS: de até 0,5 (meio) ponto percentual.

§ 5º A inscrição no SIMPLES veda, para a microempresa ou empresa de pequeno porte, a utilização ou destinação de qualquer valor a título de incentivo fiscal, bem assim a apropriação ou a transferência de créditos relativos ao IPI e ao ICMS.

§ 6º O disposto no parágrafo anterior não se aplica relativamente ao ICMS, caso a Unidade Federada em que esteja localizada a microempresa ou a empresa de pequeno porte não tenha aderido ao SIMPLES, nos termos do art. 4º.

§ 7º No caso de convênio com Unidade Federada ou município, em que seja considerada como empresa de pequeno porte pessoa jurídica com receita bruta superior a R\$720.000,00 (setecentos e vinte mil reais), os percentuais a que se referem: *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*

I - o inciso III dos §§ 3º e 4º fica acrescido de um ponto percentual; *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*

II - o inciso IV dos §§ 3º e 4º fica acrescido de meio ponto percentual. ” *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*

SEÇÃO III

Da Data e Forma de Pagamento

Art. 6º O pagamento unificado de impostos e contribuições, devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, será feito de forma centralizada, até o décimo dia do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta.

§ 1º Para fins do disposto neste artigo, a Secretaria da Receita Federal instituirá documento de arrecadação único e específico (DARF-SIMPLES).

§ 2º Os impostos e contribuições devidos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES não poderão ser objeto de parcelamento.

SEÇÃO IV

Da Declaração Anual Simplificada, da Escrituração e dos Documentos

Art. 7º A microempresa e a empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES apresentarão, anualmente, declaração simplificada que será entregue até o último dia útil do mês de maio do ano-calendário subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores dos impostos e contribuições de que tratam os arts. 3º e 4º.

§ 1º A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas de escrituração comercial desde que mantenham, em boa ordem e guarda e enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes:

a) Livro Caixa, no qual deverá estar escriturada toda a sua movimentação financeira, inclusive bancária;

b) Livro de Registro de Inventário, no qual deverão constar registrados os estoques existentes no término de cada ano-calendário;

c) todos os documentos e demais papéis que serviram de base para a escrituração dos livros referidos nas alíneas anteriores.

§ 2º O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento, por parte da microempresa e empresa de pequeno porte, das obrigações acessórias previstas na legislação previdenciária e trabalhista.

CAPÍTULO IV DA OPÇÃO PELO SIMPLES

Art. 8º A opção pelo SIMPLES dar-se-á mediante a inscrição da pessoa jurídica enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda - CGC/MF, quando o contribuinte prestará todas as informações necessárias, inclusive quanto:

- I - especificação dos impostos, dos quais é contribuinte (IPI, ICMS ou ISS);
- II - ao porte da pessoa jurídica (microempresa ou empresa de pequeno porte).

§ 1º As pessoas jurídicas já devidamente cadastradas no CGC/MF exercerão sua opção pelo SIMPLES mediante alteração cadastral.

§ 2º A opção exercida de conformidade com este artigo submeterá a pessoa jurídica à sistemática do SIMPLES a partir do primeiro dia do ano-calendário subsequente, sendo definitiva para todo o período.

§ 3º Excepcionalmente, no ano-calendário de 1997, a opção poderá ser efetuada até 31 de março, com efeitos a partir de 1º de janeiro daquele ano.

§ 4º O prazo para a opção a que se refere o parágrafo anterior poderá ser prorrogado por ato da Secretaria da Receita Federal.

§ 5º As pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES deverão manter em seus estabelecimentos, em local visível ao público, placa indicativa que esclareça tratar-se de microempresa ou empresa de pequeno porte inscrita no SIMPLES.

§ 6º O indeferimento da opção pelo SIMPLES, mediante despacho decisório de autoridade da Secretaria da Receita Federal, submeter-se-á ao rito processual do Decreto no 70.235, de 6 de março de 1972." (NR) (Acréscido pela LEI Nº 10.833/29.12.2003)

CAPÍTULO V DAS VEDAÇÕES À OPÇÃO

Art. 9º Não poderá optar pelo SIMPLES, a pessoa jurídica:

- I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); (Redação da MP Nº 2.189- 49/23.08.2001)
(Redação anterior) - "I - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais);" (NR) (Redação da LEI Nº 9.779, DE 19 DE JANEIRO DE 1999)
(redação anterior) - I - na condição de microempresa, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);
- II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais); (Redação da MP Nº 2.189- 49/23.08.2001)
(Redação anterior) - II - na condição de empresa de pequeno porte, que tenha auferido, no ano-calendário imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais);
- III - constituída sob a forma de sociedade por ações;
- IV - cuja atividade seja banco comercial, banco de investimentos, banco de desenvolvimento, caixa

econômica, sociedade de crédito, financiamento e investimento, sociedade de crédito imobiliário, sociedade corretora de títulos, valores mobiliários e câmbio, distribuidora de títulos e valores imobiliários, empresa de arrendamento mercantil, cooperativa de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização e entidade de previdência privada aberta;

V - que se dedique à compra e à venda, ao loteamento, à incorporação ou à construção de imóveis;

VI - que tenha sócio estrangeiro, residente no exterior;

VII - constituída sob qualquer forma, de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

VIII - que seja filial, sucursal, agência ou representação, no país, de pessoa jurídica com sede no exterior;

IX - cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 2º;

X - de cujo capital participe, como sócio, outra pessoa jurídica;

XI - cuja receita decorrente da venda de bens importados seja superior a 50% (cinquenta por cento) de sua receita bruta total;

XII - que realize operações relativas a:

- a) importação de produtos estrangeiros;
- b) locação ou administração de imóveis;
- c) armazenamento e depósito de produtos de terceiros;
- d) propaganda e publicidade, excluídos os veículos de comunicação;
- e) factoring;
- f) prestação de serviço vigilância, limpeza, conservação e locação de mão-de-obra;

XIII - que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou semelhantes, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida;

XIV - que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes de incentivos fiscais efetuados antes da vigência da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, quando se tratar de microempresa, ou antes da vigência desta Lei, quando se tratar de empresa de pequeno porte;

XV - que tenha débito inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVI - cujo titular, ou sócio que participe de seu capital com mais de 10% (dez por cento), esteja inscrito em Dívida Ativa da União ou do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, cuja exigibilidade não esteja suspensa;

XVII - que seja resultante de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento da pessoa jurídica, salvo em relação aos eventos ocorridos antes da vigência desta Lei;

XVIII - cujo titular, ou sócio com participação em seu capital superior a 10% (dez por cento), adquira bens ou realize gastos em valor incompatível com os rendimentos por ele declarados.

XIX - que exerça a atividade de industrialização, por conta própria ou por encomenda, dos produtos classificados nos Capítulos 22 e 24 da Tabela de Incidência do IPI - TIPI, sujeitos ao regime de

tributação de que trata a Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, mantidas, até 31 de dezembro de 2000, as opções já exercidas." (NR) (Redação da MP Nº 2.189- 49/23.08.2001)

§ 1º Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$10.000,00 (dez mil reais) e R\$100.000,00 (cem mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses." (NR) (Redação da LEI Nº 9.779, DE 19 DE JANEIRO DE 1999)

(redação anterior) - § 1º Na hipótese de início de atividade no ano-calendário imediatamente anterior ao da opção, os valores a que se referem os incisos I e II serão, respectivamente, de R\$10.000,00 (dez mil reais) e R\$60.000,00 (sessenta mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento naquele período, desconsideradas as frações de meses.

§ 2º O disposto nos incisos IX e XIV não se aplica à participação em centrais de compras, bolsas de subcontratação, consórcio de exportação e associações assemelhadas, sociedades de interesse econômico, sociedades de garantia solidária e outros tipos de sociedades, que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte, desde que estas não exerçam as atividades referidas no inciso XII.

§ 3º O disposto no inciso XI e na alínea a do inciso XII não se aplica à pessoa jurídica situada exclusivamente em área da Zona Franca de Manaus e da Amazônia Ocidental, a que se referem os Decretos-leis nºs 288, de 28 de fevereiro de 1967, e 356, de 15 de agosto de 1968.

§ 4º Compreende-se na atividade de construção de imóveis, de que trata o inciso V deste artigo, a execução de obra de construção civil, própria ou de terceiros, como a construção, demolição, reforma, ampliação de edificação ou outras benfitorias agregadas ao solo ou subsolo." (Redação da LEI Nº 9.528, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997)

§ 5º A vedação a que se referem os incisos IX e XIV do caput não se aplica na hipótese de participação no capital de cooperativa de crédito." (NR) Redação da LEI Nº 10.684, DE 30 DE MAIO DE 2003)

Art. 10. Não poderá pagar o ICMS, na forma do SIMPLES, ainda que a Unidade Federada onde esteja estabelecida seja conveniada, a pessoa jurídica:

- I - que possua estabelecimento em mais de uma Unidade Federada;
- II - que exerça, ainda que parcialmente, atividade de transporte interestadual ou intermunicipal.

Art. 11. Não poderá pagar o ISS, na forma do SIMPLES, ainda que o Município onde esteja estabelecida seja conveniado, a pessoa jurídica que possua estabelecimento em mais de um município.

CAPÍTULO VI

DA EXCLUSÃO DO SIMPLES

Art. 12. A exclusão do SIMPLES será feita mediante comunicação pela pessoa jurídica ou de ofício.

Art. 13. A exclusão mediante comunicação da pessoa jurídica dar-se-á:

I - por opção;

II - obrigatoriamente, quando:

- a) incorrer em qualquer das situações excludentes constantes do art. 9º;
- b) ultrapassado, no ano-calendário de início de atividades, o limite de receita bruta correspondente a R\$60.000,00 (sessenta mil reais) multiplicados pelo número de meses de funcionamento nesse período.

§ 1º A exclusão na forma deste artigo será formalizada mediante alteração cadastral.

§ 2º A microempresa que ultrapassar, no ano-calendário imediatamente anterior, o limite de receita bruta correspondente a R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais), estará excluída do SIMPLES nessa condição,

podendo mediante alteração cadastral, inscrever-se na condição de empresa de pequeno porte.

§ 3º No caso do inciso II e do parágrafo anterior, a comunicação deverá ser efetuada:

a) até o último dia útil do mês de janeiro do ano-calendário subsequente àquele em que se deu o excesso de receita bruta, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

b) até o último dia útil do mês subsequente àquele em que houver ocorrido o fato que deu ensejo à exclusão, nas hipóteses dos demais incisos do art. 9º e da alínea b do inciso II deste artigo.

Art. 14. A exclusão dar-se-á de ofício quando a pessoa jurídica incorrer em quaisquer das seguintes hipóteses:

I - exclusão obrigatória, nas formas do inciso II e § 2º do artigo anterior, quando não realizada por comunicação da pessoa jurídica;

II - embargo à fiscalização, caracterizado pela negativa não justificada de exibição de livros e documentos a que estiver obrigada, bem assim pelo não fornecimento de informações sobre bens, movimentação financeira, negócio ou atividade, próprios ou de terceiros, quando intimado, e demais hipóteses que autorizam a requisição de auxílio da força pública, nos termos do art. 200 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Sistema Tributário Nacional);

III - resistência à fiscalização, caracterizada pela negativa de acesso ao estabelecimento, ao domicílio fiscal ou a qualquer outro local onde se desenvolvam as atividades da pessoa jurídica ou se encontrem bens de sua posse ou propriedade;

IV - constituição da pessoa jurídica por interpostas pessoas que não sejam os verdadeiros sócios ou acionista, ou o titular, no caso de firma individual;

V - prática reiterada de infração à legislação tributária;

VI - comercialização de mercadorias objeto de contrabando ou descaminho;

VII - incidência em crimes contra a ordem tributária, com decisão definitiva.

Art. 15. A exclusão do SIMPLES nas condições de que tratam os arts. 13 e 14 surtirá efeito:

I - a partir do ano-calendário subsequente, na hipótese de que trata o inciso I do art. 13;

"II - a partir do mês subsequente ao que incorrida a situação excludente, nas hipóteses de que tratam os incisos III a XIX do art. 9º;" (NR) (Redação da MP nº 2.158-35/24.8.2001)

(redação anterior) II - a partir do mês subsequente àquele em que se proceder à exclusão, ainda que de ofício, em virtude de constatação de situação excludente prevista nos incisos III a XVIII do art. 9º; (Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)

(redação anterior) - II - a partir do mês subsequente ao em que incorrida a situação excludente, nas hipóteses de que tratam os incisos III a XVIII do art. 9º;

III - a partir do início de atividade da pessoa jurídica, sujeitando-a ao pagamento da totalidade ou diferença dos respectivos impostos e contribuições, devidos de conformidade com as normas gerais de incidência, acrescidos, apenas, de juros de mora quando efetuado antes do início de procedimento de ofício, na hipótese do inciso II, b, do art. 13;

IV - a partir do ano-calendário subsequente àquele em que for ultrapassado o limite estabelecido, nas hipóteses dos incisos I e II do art. 9º;

V - a partir, inclusive, do mês de ocorrência de qualquer dos fatos mencionados nos incisos II a VII do artigo anterior.

§ 1º A pessoa jurídica que, por qualquer razão, for excluída do SIMPLES deverá apurar o estoque de produtos, matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem existente no último dia do último mês em que houver apurado o IPI ou o ICMS de conformidade com aquele sistema e determinar, a

partir da respectiva documentação de aquisição, o montante dos créditos que serão passíveis de aproveitamento nos períodos de apuração subseqüentes.

§ 2º O convênio poderá estabelecer outra forma de determinação dos créditos relativos ao ICMS, passíveis de aproveitamento, na hipótese de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º A exclusão do ofício dar-se-á mediante ato declaratório da autoridade fiscal da Secretaria da Receita Federal que jurisdicione o contribuinte, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observada a legislação relativa ao processo tributário administrativo. *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*

§ 4º Os órgãos de fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social ou de qualquer entidade conveniente deverão representar à Secretaria da Receita Federal se, no exercício de suas atividades fiscalizadoras, constatarem hipótese de exclusão obrigatória do SIMPLES, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 13.º (NR) *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*

Art. 16. A pessoa jurídica excluída do SIMPLES sujeitar-se-á, a partir do período em que se processarem os efeitos da exclusão, às normas de tributação aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

CAPÍTULO VII

DAS ATIVIDADES DE ARRECADAÇÃO, COBRANÇA, FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

Art. 17. Competem à Secretaria da Receita Federal as atividades de arrecadação, cobrança, fiscalização e tributação dos impostos e contribuições pagos de conformidade com o SIMPLES.

§ 1º Aos processos de determinação e exigência dos créditos tributários e de consulta, relativos aos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES, aplicam-se as normas relativas ao imposto de renda.

§ 2º A celebração de convênio, na forma do art. 4º, implica delegar competência à Secretaria da Receita Federal, para o exercício das atividades de que trata este artigo, nos termos do art. 7º da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Sistema Tributário Nacional).

§ 3º O convênio a que se refere o parágrafo anterior poderá, também, disciplinar a forma de participação das Unidades Federadas nas atividades de fiscalização.

SEÇÃO I

Da Omissão de Receita

Art. 18. Aplicam-se à microempresa e à empresa de pequeno porte todas as presunções de omissão de receita existentes nas legislações de regência dos impostos e contribuições de que trata esta Lei, desde que apuráveis com base nos livros e documentos a que estiverem obrigadas aquelas pessoas jurídicas.

SEÇÃO II

Dos Acréscimos Legais

Art. 19. Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, inscritas no SIMPLES, as normas relativas aos juros e multa de mora e de ofício previstas para o imposto de renda, inclusive, quando for o caso, em relação ao ICMS e ao ISS.

Art. 20. A inobservância da exigência de que trata o § 5º do art. 8º sujeitará a pessoa jurídica à multa correspondente a 2% (dois por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES no próprio mês em que constatada a irregularidade.

Parágrafo único. A multa a que se refere este artigo será aplicada, mensalmente, enquanto perdurar o descumprimento da obrigação a que se refere.

Art. 21. A falta de comunicação, quando obrigatória, da exclusão da pessoa jurídica do SIMPLES, nos prazos determinados no § 3º do art. 13, sujeitará a pessoa jurídica a multa correspondente a 10% (dez por cento) do total dos impostos e contribuições devidos de conformidade com o SIMPLES no mês que anteceder o início dos efeitos da exclusão, não inferior a R\$100,00 (cem reais), insusceptível de redução.

Art. 22. A imposição das multas de que trata esta Lei não exclui a aplicação das sanções previstas na

legislação penal, inclusive em relação a declaração falsa, adulteração de documentos e emissão de nota fiscal em desacordo com a operação efetivamente praticada, a que estão sujeitos o titular ou sócio da pessoa jurídica.

SEÇÃO III

Da Partilha dos Valores Pagos

Art. 23. Os valores pagos pelas pessoas jurídicas inscritas no SIMPLES corresponderão a:

I - no caso de microempresas:

a) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea a do inciso I do art. 5º:

- 1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 3 - 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º;
- 4 - 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) relativos à COFINS;

b) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea b do inciso I do art. 5º:

- 1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 3 - 0,4% (quatro décimos por cento), relativos à CSLL;
- 4 - 1,6% (um inteiro e seis décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º;
- 5 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;

c) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea c do inciso I do art. 5º:

- 1 - 0% (zero por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0% (zero por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
- 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
- 5 - 2% (dois por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º;

II - no caso de empresa de pequeno porte:

a) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea a do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,13% (treze centésimos por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0,13% (treze centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
- 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
- 5 - 2,14% (dois inteiros e quatorze centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º.

b) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea b do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,26% (vinte e seis centésimos por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0,26% (vinte e seis centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
- 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
- 5 - 2,28% (dois inteiros e vinte e oito centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º.

c) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea c do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,39% (trinta e nove centésimos por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0,39% (trinta e nove centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
- 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
- 5 - 2,42% (dois inteiros e quarenta e dois centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º.

d) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea d do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,52% (cinquenta e dois centésimos por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0,52% (cinquenta e dois centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
- 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
- 5 - 2,56% (dois inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º.

e) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea e do inciso II do art. 5º:

- 1 - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), relativo ao IRPJ;
- 2 - 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), relativo ao PIS/PASEP;
- 3 - 1% (um por cento), relativo à CSLL;
- 4 - 2% (dois por cento), relativos à COFINS;
- 5 - 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento), relativos às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º.

§ 1º Os percentuais relativos ao IPI, ao ICMS e ao ISS serão acrescidos de conformidade com o disposto nos §§ 2º a 4º do art. 5º, respectivamente.

f) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "f" do inciso II do art. 5º: *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*

- 1 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao IRPJ; *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*
- 2 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao PIS/PASEP; *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*
- 3 - um por cento, relativo à CSLL; *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*
- 4 - dois por cento, relativos à COFINS; *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*
- 5 - três inteiros e um décimo por cento, relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º; *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*

g) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "g" do inciso II do art. 5º: *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*

- 1 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao IRPJ; *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*
- 2 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao PIS/PASEP; *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*
- 3 - um por cento, relativo à CSLL; *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*
- 4 - dois por cento, relativos à COFINS; *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*
- 5 - três inteiros e cinco décimos por cento, relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º; *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*

h) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "h" do inciso II do art. 5º: *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*

- 1 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao IRPJ; *(Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998)*

2 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao PIS/PASEP; (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)

3 - um por cento, relativo à CSLL; (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)

4 - dois por cento, relativos à COFINS; (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)

5 - três inteiros e nove décimos por cento, relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º; (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)

i) em relação à faixa de receita bruta de que trata a alínea "i" do inciso II do art. 5º; (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)

1 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao IRPJ; (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)

2 - sessenta e cinco centésimos por cento, relativos ao PIS/PASEP; (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)

3 - um por cento, relativo à CSLL; (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)

4 - dois por cento, relativos à COFINS; (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)

5 - quatro inteiros e três décimos por cento, relativos às contribuições de que trata a alínea "f" do § 1º do art. 3º. (*Redação da LEI Nº 9.732, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1998*)

§ 2º A pessoa jurídica, inscrita no SIMPLES na condição de microempresa, que ultrapassar, no decurso do ano-calendário, o limite a que se refere o inciso I do art. 2º, sujeitar-se-á, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, aos percentuais e normas aplicáveis às empresas de pequeno porte, observado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 3º A pessoa jurídica cuja receita bruta, no decurso do ano-calendário, exceder ao limite a que se refere o inciso II do art. 2º, adotará, em relação aos valores excedentes, dentro daquele ano, os percentuais previstos na alínea e do inciso II e nos §§ 2º, 3º, inciso III ou IV, e § 4º, inciso III ou IV, todos do art. 5º, acrescidos de 20% (vinte por cento), observado o disposto em seu § 1º.

Art. 24. Os valores arrecadados pelo SIMPLES, na forma do art. 6º, serão creditados a cada imposto e contribuição a que corresponder.

§ 1º Serão repassados diretamente, pela União, às Unidades Federadas e aos Municípios conveniados, até o último dia útil do mês da arrecadação, os valores correspondentes, respectivamente, ao ICMS e ao ISS, vedada qualquer retenção.

§ 2º A Secretaria do Tesouro Nacional celebrará convênio com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, visando a transferência dos recursos relativos às contribuições de que trata a alínea f do § 1º do art. 3º, vedada qualquer retenção, observado que, em nenhuma hipótese, o repasse poderá ultrapassar o prazo a que se refere o parágrafo anterior.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

SEÇÃO I

Da Isenção dos Rendimentos Distribuídos aos Sócios e ao Titular

Art. 25. Consideram-se isentos do imposto de renda, na fonte e na declaração de ajuste do beneficiário, os valores efetivamente pagos ao titular ou sócio da microempresa ou da empresa de pequeno porte, salvo os que corresponderem a pro labore, aluguéis ou serviços prestados.

SEÇÃO II

Do Parcelamento

Art. 26. Poderá ser autorizado o parcelamento, em até setenta e duas parcelas mensais e sucessivas, dos débitos para com a Fazenda Nacional e para com a Seguridade Social, de responsabilidade da microempresa ou empresa de pequeno porte e de seu titular ou sócio, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 1996.

§ 1º O valor mínimo da parcela mensal será de R\$50,00 (cinquenta reais), considerados isoladamente os

débitos para com a Fazenda Nacional e para com a Seguridade Social.

§ 2º Aplicam-se ao disposto neste artigo as demais regras vigentes para parcelamento de tributos e contribuições federais.

SEÇÃO III

Do Conselho Deliberativo do SEBRAE

Art. 27. (VETADO)

Art. 28. A Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, com vigência prorrogada pela Lei nº 9.144, de 8 de dezembro de 1995, passa a vigorar até 31 de dezembro de 1997.

Art. 29. O inciso I do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

I - motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi);

.....
Art. 2º O benefício de trata o art. 1º somente poderá ser utilizado uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de três anos, caso em que o benefício poderá ser utilizado uma segunda vez."

Art. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1997.

Art. 31. Revogam-se os artigos 2º, 3º, 11 a 16, 19, incisos II e III, e 25 a 27 da Lei nº 7.256, de 27 de novembro de 1984, o art. 42 da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991 e os arts. 12 a 14 da Lei nº 8.864, de 28 de março de 1994.

Brasília, 5 de dezembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Pedro Malan